

O MARXISMO HOJE: ENTREVISTA COM ISTVÁN MÉSZÁROS

Tradução: João Roberto Martins Filho

Apresentação

Esta entrevista é uma versão elaborada a partir daquela publicada em *Monthly Review* (vol. 44, nº 11, abril de 1993) e que, inicialmente e na íntegra, apareceu em *Radical Philosophy* (nº 62, outono de 1992), sob a condução de Chris Arthur e Joseph McCarney. István Mészáros é um conhecido filósofo húngaro que colaborou diretamente com Lukács, junto à Universidade de Budapest, nos anos que antecederam à intervenção soviética na Hungria, em 1956. Posteriormente, radicou-se na Inglaterra, junto à Universidade de Sussex, onde aposentou-se recentemente. Sua produção é vasta e significativa, onde destacam-se *Marx's theory of alienation* (1970), publicada em diversos países (no Brasil, Rio de Janeiro, pela Zahar Ed., 1981); *Philosophy, ideology and social science* (1986, no Brasil, São Paulo, pela Ed., Ensaio, 1993, dentre vários textos do autor publicados por esta editora) e *The power of ideology* (1989), entre tantos outros trabalhos.

Na edição desta entrevista - cuja publicação em *Crítica marxista* foi autorizada pelo autor - optou-se por destacar aquelas partes em que estão presentes algumas teses que constam de seu novo trabalho *Beyond capital: Towards a theory of transition*, que está em via de publicação pela Medin Press, Londres. Volume que sintetiza praticamente duas décadas de intensa elaboração intelectual, compreendendo, em sua versão original, mais de oitocentas páginas, onde são tematizados elementos decisivos do mundo contemporâneo e que se apresenta como uma das mais instigantes e densas reflexões no interior do marxismo contemporâneo. A publicação desta entrevista objetiva oferecer ao leitor brasileiro algumas das teses presentes em *Beyond capital*.

(Ricardo Antunes)

Em textos recentes sobre a transformação socialista, o senhor introduziu uma importante distinção entre capital e capitalismo. Poderia explicar essa distinção e seu significado para a luta socialista?

MÉSZÁROS: Bem, na verdade tal distinção remonta ao próprio Marx. Eu salientei inúmeras vezes que Marx não intitulou sua principal obra *O capitalismo*, e sim *O capital* e também anotei que o subtítulo do volume I foi mal traduzido, sob a supervisão de Engels, como "o processo de produção capitalista", quando, de fato, é "o processo de produção do capital", o que tem um sentido radicalmente diverso. O que importa aqui, sem dúvida, é que o objetivo, o alvo da transformação socialista é superar o poder do capital. O capitalismo é um objetivo relativamente fácil nesse empreendimento, pois você pode, num certo sentido, abolir o capitalismo por meio do levante revolucionário e da intervenção no plano da política, pela expropriação do capitalista. Ao fazê-lo, você colocou um fim no capitalismo, mas nem sequer tocou no poder do capital. O capital não depende do poder do capitalismo e isso é importante também no sentido de que o capital precede o capitalismo em milhares de anos. O capital pode sobreviver ao capitalismo, é de esperar que não por milhares de anos, mas quando o capitalismo é derrubado numa área limitada, o poder do capital continua, mesmo que numa forma híbrida.

A União Soviética não era capitalista, nem mesmo capitalista de Estado. Mas o sistema soviético era bastante dominado pelo poder do capital: a divisão de trabalho permaneceu intacta, a estrutura hierárquica de comando do capital subsistiu. O capital é um sistema de comando cujo modo de funcionamento é orientado para a acumulação, e esta pode ser assegurada de muitas formas diferentes. Na União Soviética, o trabalho excedente era extraído de forma política e foi isso o que entrou em crise nos anos recentes. A extração politicamente regulada de trabalho excedente tomou-se insustentável por uma variedade de razões. O controle político da força de trabalho não é o que se poderia considerar uma forma ótima ou ideal de controlar o processo de trabalho. Sob o capitalismo, no Ocidente, o que temos é uma extração economicamente regulada de trabalho excedente e de valor excedente. No sistema soviético isso era feito de um modo bastante impróprio, quando a ótica é a da produtividade, porque o trabalho retinha um imenso poder, na forma de atos negativos, desafio, sabotagem, dupla jornada etc., diante do qual não se podia sequer sonhar em atingir o tipo de produtividade viável em outros lugares e que minava a *raison d'être* desse sistema sob Stalin e seus sucessores - a acumulação politicamente imposta. Sua parte de acumulação ficou paralisada e, por isso, todo o sistema entrou em colapso. Publiquei na Itália um longo ensaio, na primavera de 1982, no qual afirmei explicitamente que, enquanto as antigas políticas dos EUA para a regressão político-militar do socialismo de tipo soviético não pareciam passíveis de sucesso, o que estava ocorrendo na Europa oriental podia levar à restauração do capitalismo. Pela mesma razão, eu também considerava a idéia de socialismo de mercado uma contradição nos próprios termos, porque pretendia, numa concepção esperançosa, unir as duas modalidades: a extração econômica com a ex-

tração politicamente regulada de trabalho excedente - daí porque seria sempre um ponto de partida impossível.

É absolutamente crucial reconhecer que o capital é um sistema metabólico, um sistema metabólico sócio-econômico de controle. Você pode derrotar o capitalista, mas o sistema fabril permanece, a divisão de trabalho permanece, nada mudou nas funções metabólicas da sociedade. Com efeito, cedo ou tarde, você perceberá a necessidade de reatribuir essas formas de controle a personalidades, e é assim que a burocracia tem origem. A burocracia é uma função dessa estrutura de comando sob as circunstâncias alteradas onde, na ausência do capitalista privado, você tem que achar um equivalente para esse controle. Considero essa conclusão muito importante, porque com muita frequência a noção de burocracia é apresentada como uma espécie de quadro explanatório mítico, quando não explica nada. A própria burocracia precisa de explicação. Como surge essa burocracia? Quando você a utiliza como uma espécie de *deus ex machina* que tudo explica em termos de burocracia, se você se livrar dela então tudo estará resolvido. Mas você não se livra da burocracia, a menos que ataque os alicerces sócio-econômicos e vislumbre um modo alternativo de regular o processo metabólico da sociedade, de tal forma que o poder do capital seja, de início, limitado para, ao final, ser certamente eliminado. O capital é uma força controladora, você não pode controlar o capital, você somente pode se livrar dele por meio da transformação de todo o complexo de relações metabólicas da sociedade - é impossível enganá-lo. Ou ele o controla ou você se livra dele, não há solução intermediária, e é por isso que a idéia de socialismo de mercado não poderia concebivelmente funcionar, desde o princípio. O que realmente se necessita não é a restauração do mercado capitalista, sob o apelido de um mercado social totalmente fictício, mas a adoção de um sistema adequado de incentivos. Não há sistema de produção social que possa funcionar sem eles - e com que pessoas devemos relacioná-los? Não entidades coletivas abstratas, mas indivíduos. Se as pessoas como indivíduos não estão interessadas, não se envolvem com o processo de produção, com a regulação do processo metabólico social, então, cedo ou tarde, elas assumem uma atitude negativa ou mesmo ativamente hostil diante dele.

Estamos falando de incentivos materiais?

MÉSZÁROS: Ambas as coisas. A oposição entre incentivo moral e material é, com frequência, bastante retórica e abstrata, pois se o resultado dessa intervenção e participação nos processos sociais é uma melhor produção, uma produtividade crescente, a ativação das potencialidades dos indivíduos envolvidos, então ela se toma um incentivo material. Mas na medida em que eles controlam seus próprios processos de vida, é também um incentivo moral: os dois devem caminhar juntos. Os incentivos mate-

riais e morais devem andar lado a lado. É uma questão de controle dos processos desse sistema sócio-econômico no qual a ativação do potencial reprimido das pessoas é também um incentivo. Em nossa sociedade, os incentivos materiais tal como nos são apresentados sempre colocam as pessoas umas contra as outras. É possível ver isso por toda a parte, em toda profissão, no ensino, na universidade, em qualquer canto da vida: os incentivos operam na presunção de que podemos dividir as pessoas para melhor controlá-las; eis o processo inteiro. Agora, se você reverte essa relação e diz que as pessoas têm o controle daquilo em que estão envolvidas, então a divisão não mais opera, pois elas deixam de ser os sujeitos sofrendores neste tipo de sistema. Portanto, os incentivos materiais e morais podem ser também de caráter igualitário. Esta é a tragédia do desenvolvimento de tipo soviético. Quando se fala de colapso do socialismo para se referir a isso, trata-se de u.ma grotesca deturpação dos fatos, porque o socialismo sequer foi iniciado, não foram dados nem os primeiros passos na direção de uma transformação socialista, cujo alvo somente pode ser a derrubada do poder do capital e a superação da divisão social do trabalho, a derrubada do poder do Estado, que é também uma estrutura de comando para a regulação da vida das pessoas a partir do alto.

O senhor fala em desafiar o capital e me pergunto se poderia dizer um pouco mais sobre as implicações práticas, as implicações para a luta socialista, de sua distinção entre capital e capitalismo.

MÉSZÁROS: Antes de tudo, a estratégia a considerar tem que ser definida nesses termos. Os socialistas não podem continuar com a ilusão de que tudo se resume a abolir o capitalismo privado - porque o problema real permanece. Enfrentamos realmente uma profunda crise histórica. O processo de expansão do capital, abrangendo o próprio globo, foi mais ou menos realizado. O que presenciemos nas últimas décadas foi a crise estrutural do capital. Eu sempre defendi que há uma grande diferença da época em que Marx falava da crise como algo que se desencadeia na forma de grandes tempestades. Hoje ela não tem que assumir essa forma. O que caracteriza a crise de nosso tempo são as precipitações de variada intensidade, tendentes a um *continuum* depressivo. Recentemente começamos a falar de uma recessão de mergulho duplo (*double dip*), logo falaremos de uma recessão de mergulho triplo. O que estou dizendo é que essa tendência para um *continuum* depressivo, em que uma recessão se segue a outra, não é uma condição que pode ser mantida indefinidamente, porque ao final ela reativa violentamente as explosivas contradições internas do capital e existem também certos limites absolutos a considerar nesse aspecto.

É bom lembrar que estou falando da crise estrutural do capital, que é um problema tão sério quanto a crise do capitalismo, pois uma forma de se livrar da crise do capitalismo, em princípio, era a regulação estatal da economia - e, em alguns aspectos, no horizonte externo do sistema capitalista ocidental você pode considerar sua possibilidade. O capitalismo estatal pode surgir quando o sistema capitalista ocidental enfrenta problemas profundos, mas eu diria de novo que esta não é uma solução viável a longo prazo, porque os mesmos tipos de contradições são reativados, notadamente a contradição entre a extração política e a econômica do trabalho excedente. E não estou falando de fictícios eventos futuros. Basta pensar no fascismo, no sistema nazista que tentou esse tipo de regulação corporativa estatal do sistema, a fim de sair da crise do capitalismo alemão naquele momento preciso da história. Portanto, o que estamos considerando aqui é que todas essas formas de deslocar temporariamente as contradições internas do capital estão se esgotando. O mundo todo é muito inseguro. A maioria avassaladora da humanidade vive nas condições mais abomináveis. O que aconteceu com a modernização desses países? Ela assumiu a forma de roubo, subtração e recusa insensata em considerar mesmo as implicações para a sobrevivência da humanidade - o modo como esses territórios e sua população foram tratados -, que tudo foi completamente solapado, e hoje você tem uma situação na qual ninguém acredita mais na modernização do chamado "Terceiro Mundo". É por isso que esse *continuum* depressivo é, a longo termo, uma situação insustentável e, por essa razão, uma transformação social deve ser viável. Mas não o é por meio da revitalização do capital. Só pode ser efetuada com base em um afastamento radical da lógica desse insensato e destrutivo controle orientado para a acumulação.

Essa crise imensa a que me refiro viu não apenas a virtual extinção dos partidos comunistas, dos partidos da Terceira Internacional, mas também a extinção dos partidos da Segunda Internacional. Por quase cem anos, aqueles que acreditavam nas virtudes da reforma e do socialismo evolucionista falavam da transformação da sociedade que conduz às relações socialistas da humanidade. Tudo isso foi descartado, mesmo em termos de seus próprios programas e perspectivas. Vimos recentemente que os partidos socialistas da Segunda Internacional, e seus vários associados, sofreram derrotas e reveses avassaladores em cada país particular: na França, na Itália, na Alemanha, na Bélgica e nos países escandinavos e agora há pouco também na Inglaterra, a quarta derrota consecutiva do Partido Trabalhista. Foi bastante apropriado que essa derrota em série, em todos esses países, coincidissem com a abertura festiva da Euro Disney, porque o que esses partidos adotaram nesse período histórico, em sua resposta à crise, foi uma espécie de socialismo Mickey Mouse, e este é totalmente incapaz de intervir no processo social. Eis por que não é acidental que esses partidos adotem a sabedoria do capital como sistema insubstituível. O líder do Partido Trabalhista chegou a declarar que a tarefa

dos socialistas é o melhor gerenciamento do capitalismo. Atualmente essa espécie de grotesca insensatez é ela mesma uma contradição. É uma contradição nos próprios termos porque é extremamente presunçoso pensar que o sistema capitalista funcionaria melhor com um governo trabalhista. Os problemas continuam a se tornar mais graves e o sistema político é incapaz de responder, porque opera sob os cada vez mais estritos constrangimentos do capital. O próprio capital não deixa mais nenhuma margem de manobra. A margem que antes existia para os movimentos políticos e as forças parlamentares era incomparavelmente maior no século XIX ou nas três primeiras décadas do século XX. A Grã Bretanha já é parte da Europa e não há meio de reverter esse processo, no sentido de que a pequena Inglaterra será capaz de resolver tais problemas.

Mas isso também levanta imediatamente a questão: como nos relacionamos com o resto do mundo diante do que aconteceu no Leste, na União Soviética? Um novo problema fundamental surgiu no horizonte. No caso da Rússia, li recentemente que, além dos 25 bilhões de dólares prometidos pelo Ocidente, ela precisará somente este ano de outros 20 bilhões. Onde vamos achar os bilhões de dólares de que a Rússia necessitará quando o débito americano é ele próprio astronômico? Os problemas deste mundo estão se tomando tão entrelaçados, tão mesclados uns com os outros, que não se pode pensar numa solução parcial para eles. São necessárias mudanças estruturais fundamentais. As duas décadas e meia de expansão depois da Segunda Guerra Mundial foram seguidas por um mal-estar cada vez maior, o colapso de estratégias antes acalentadas, o fim do keynesianismo, o aparecimento do monetarismo etc., e todos eles levando a nada. Quando pessoas autocomplacentes como John Major dizem que o socialismo está morto e o capitalismo funciona, devemos perguntar: o capitalismo funciona para quem e por quanto tempo? Li recentemente que os diretores da Merrill Lynch receberam, um 16,5 milhões de dólares, outro 14 milhões e outros dez ou quinze deles, 5,5 milhões cada um, como remuneração anual. Funciona muito bem para eles, mas como funciona para os povos da África, onde você os vê todo dia, na tela da TV? Ou em vastas áreas da América Latina, ou na Índia, ou no Paquistão, ou em Bangladesh? Eu poderia continuar enumerando os países onde falamos de centenas de milhões de pessoas que mal podem sobreviver.

Em sua visão, o agente da mudança nessa situação, o sujeito revolucionário, é ainda a classe operária?

MÉSZÁROS: Sem dúvida, não pode haver outro. Lembro-me que houve uma época em que Herbert Marcuse sonhava com novos agentes sociais, os intelectuais e os marginalizados, mas nenhum deles foi capaz de implementar a mudança. Os intelectuais podem desempenhar papel im-

portante na definição de estratégias, mas é impossível que os marginalizados sejam a força a implementar essa mudança. A única força capaz de introduzir a mudança e fazê-la funcionar são os produtores da sociedade, que têm as potencialidades e as energias reprimidas por meio das quais todos esses problemas e contradições podem ser resolvidos. O único agente capaz de alterar essa situação: que pode fazer valer sua força, encontrando satisfação nesse processo, é a classe operária.

E quanto à sua forma de organização? O senhor pensa que são necessárias novas formas de organização? Há quem diga que o partido político de velho estilo é irrelevante.

MÉSZÁROS: Sim, eu concordaria totalmente com isso. O partido político de velho estilo está integrado no sistema parlamentar, o qual sobreviveu à sua relevância histórica. Ele existia bastante antes do aparecimento da classe operária no horizonte histórico como agência social. A classe operária teve que se acomodar e se constringer às possibilidades, sejam quais fossem, que esse quadro fornecia e, conseqüentemente, podia produzir apenas organizações defensivas. Todas as organizações da classe operária historicamente constituídas sendo os partidos políticos e os sindicatos de trabalhadores as mais importantes - foram organizações defensivas. Mas elas funcionaram até um certo ponto e é por isso que a perspectiva do socialismo evolucionista teve sucesso por tantos anos, uma vez que ganhos parciais podiam ser conquistados. Os padrões de vida operária dos países do Grupo dos Sete subiram enormemente nesse período. Quando Marx diz no *Manifesto comunista* que a classe operária tinha a perder apenas os seus grilhões, isso certamente não é verdade para a classe operária dos países do Grupo dos Sete, tanto hoje como há algum tempo. Eles foram muito bem-sucedidos em melhorar seu padrão de vida por todo esse período histórico até a última década, aproximadamente. O que aconteceu na última década ou década e meia foi a conclusão desse processo, porque o capital não pode mais permitir-se garantir benefícios e ganhos significativos às classes trabalhadoras. O capital nunca deu nada de presente. Se isso estivesse afinado com sua própria lógica interna de expansão, de auto-expansão, então esses ganhos podiam ser fornecidos. Na verdade, eles se tornaram fatores dinâmicos nesse processo auto-expansionista. Eis por que estamos na situação em que os serviços de saúde estão em crise, o sistema educacional está em crise, o sistema de *welfare*, em seu conjunto, está em crise. Assim, o fim histórico desse processo reabre a questão: se a classe operária não pode mais obter ganhos defensivos, por meio de que estratégias ela pode transformar a sociedade?

O que eu tinha em mente eram mais os partidos extraparlamentares como os bolcheviques de Lenin ou o Partido Comunista Chinês, que foram bem-sucedidos em destruir o capitalismo. Eles estão historicamente superados?

MÉSZÁROS: Sim, completamente. Mesmo eles permaneceram constrangidos pela perspectiva do parlamentarismo e o próprio Lenin era a favor de que operassem no quadro parlamentar. Assim, o que constitui certamente um imenso problema para a agência histórica da transformação é que o capital é, por definição e de forma bastante efetiva, em seu modo de agir e funcionar, uma força extraparlamentar. Os sindicatos de trabalhadores seriam uma força extraparlamentar, mas eles se identificaram com os partidos reformistas, o que os refreou. Não haverá avanço algum até que o movimento da classe operária, o movimento socialista, seja rearticulado de forma a se tornar capaz de ação ofensiva, por meio de suas instituições apropriadas e de sua força extraparlamentar. O parlamento, se deve se tornar de algum modo significativo no futuro, deve ser revitalizado e somente poderá sê-lo se assumir uma força extraparlamentar em conjunção com o movimento político radical, que também pode ser ativo através do parlamento.

O que o senhor pensa do estado presente da filosofia marxista?

MÉSZÁROS: Penso que a filosofia marxista em geral encontra-se numa situação muito difícil, precisamente pelas razões que estamos mencionando, porque estamos numa crise histórica crucial, a desorientação é a regra do dia e o que aconteceu no Leste afetou fortemente socialistas e marxistas no Ocidente, de forma compreensível. Ela tem que passar por um processo de reavaliação, de busca de ânimo e redefinição de todo tipo de coisas. Considero muito mais interessante, por exemplo, a situação na América Latina, o fermento intelectual que ocorre ali é muito mais interessante no momento do que eu possa apontar aqui. Mas não creio que essa situação seja permanente e sou o último a sugerir que uma transformação socialista radical possa vir dessas áreas sozinhas. Com efeito, estou paradoxalmente convencido de que o futuro do socialismo será decidido nos Estados Unidos, por mais pessimista que isso possa soar. Tento aludir a isso na última seção de *The power of ideology*, em que discuto o problema da universalidade. Ou o socialismo se afirma universalmente, de forma a abranger todas essas áreas, incluindo as regiões capitalistas mais avançadas do globo, ou ele não vencerá.

O mundo é um só. Eu sempre rejeitei a noção de um "Terceiro Mundo": existe um único mundo. Estou convencido de que uma retomada do pensamento marxista no futuro também ocorrerá aqui em resposta aos problemas e demandas da época, especialmente quando foram varridas algumas das mistificações do passado. Até quando as pessoas poderão ser

enganadas com a idéia de que se esperarem bastante tempo, por meio dos processos de reforma social-democratas e do socialismo evolucionista, um dia seus problemas serão resolvidos? Não creio que as pessoas acreditem nisso hoje e houve bastante evidência nas eleições por toda a Europa de que essa idéia foi profundamente desacreditada. Quando as expectativas parlamentares são amargamente contrariadas, as pessoas se movem para a ação. Tivemos um exemplo muito dramático no passado recente com a oposição ao *Poll Tax** e, por meio desse processo, a derrota de Margaret Thatcher, antes considerada permanente, imbatível. E agora, depois da eleição geral britânica, na Escócia as pessoas já falam de ação direta e mesmo de desobediência civil, a fim de afirmar o que consideram ser seu interesse legítimo de assegurar seu próprio parlamento ou até sua independência. Então, é esse o tipo de eventos sociais, de movimentos sociais, em relação aos quais a filosofia marxista, o pensamento marxista em geral, pode se redefinir.

Presumivelmente o que precisa acontecer é que os operários nos Estados Unidos formem vínculos e façam causa comum com os trabalhadores no Terceiro Mundo. Mas como podem fazê-lo? Esses trabalhadores vivem, em certa medida, de uma transferência de valor desses mesmos países.

MÉSZÁROS: Este é um dos problemas e é também onde uma crítica de Marx tem que ser indicada, pois a própria classe operária é fragmentada, dividida, há muitas contradições. Nos Estados Unidos, nos últimos dez anos, o padrão de vida da classe trabalhadora decaiu. Assim, estamos falando de um processo, não falamos de objetos de desejo mas de realidades que ocorrem em nosso tempo. Em janeiro de 1971, proferi a Conferência Memorial Isaac Deutscher, "A necessidade do controle social", e aí eu indicava o início do desemprego estrutural. Mas o desemprego na Grã-Bretanha da época estava bastante abaixo de um milhão. Hoje, mesmo depois de 23 falsificações das verdadeiras cifras de desemprego, está oficialmente em torno de 2,7 milhões. E não há compromisso, nem mesmo do Partido Trabalhista, de retorno ao pleno emprego. Eis a medida das mudanças em curso. É uma contradição maciça quando você declara supérflua uma parcela bastante grande da população. Esta parte da população não vai permanecer sempre dócil, complacente e resignada às condições às quais está condenada. Portanto, as coisas estão acontecendo, estão mudando. Mas essas mudanças terão que se aprofundar e estou convencido de que o farão.

* *Poll Tax*: imposto pago por cabeça. (N.T.)

DEBATE
Atualidade do marxismo e
da revolução

REVOLUÇÃO, UM FANTASMA QUE NÃO FOI ESCONJURADO

FLORESTAN FERNANDES*

Hobsbawm, em um livro inteligente e provocativo, procurou demonstrar que o drama da Europa consistia na conjunção (ou tradição) de intelectuais revolucionários e uma sociedade que repele a revolução. Durante a leitura senti o historiador, que vivera o pós-bolchevismo, lidando sutilmente com convicções íntimas e a justificação dos erros da União Soviética nas questões internas do partido, dentro de suas fronteiras, e na política internacional de concessões à "guerra fria".

Nós, no Brasil, nem isso poderíamos fazer. Os nossos partidos de esquerda viram-se forçados a um oportunismo tortuoso, compensado com momentos de exaltação teórica, e só uma vez chegaram à prática, com a experiência da Aliança Nacional Libertadora (ANL), em 1935. Esse "revolucionarismo subjetivo" começou a sofrer retificações, exatamente na época em que ruiu a "guerra fria" e se proclamou o novo credo burguês da "morte do socialismo". Os intelectuais, na maioria, quando desligados da prática preferem salvar a pele, para não sacrificar a consciência... Houve um deslocamento nem sempre coerente e encoberto em direção à social democracia, que não seria um mal em si. O mal procedeu na disposição de ceder terreno sem luta e na instrumentalização da social democracia para a condição de mão esquerda da burguesia. Esse processo continua e nos ameaça com a perda das poucas alternativas partidárias de construção de uma sociedade nova.

Gostaria de tratar do tema como sociólogo. Na PUC, por exemplo, onde passei a lecionar no último trimestre de 1977, deparei com uma oferta rica de cursos. Havia um que focalizava a organização social. Em um ímpeto automático, perguntei por que não havia um curso que tratasse não apenas da mudança social, mas especificamente da revolução social. Aí estariam dados os dois pólos: a ordem e a sua reprodução; a ordem e sua transformação radical ou pelo avesso. Meus colegas do curso de pós-graduação, que eram abertos à reflexão crítica, logo endossaram essa complementação necessária.

* Sociólogo e professor aposentado da Universidade de São Paulo.

De uma perspectiva macrosociológica, a revolução é mais importante que a estabilidade social, vistas como assuntos específicos. Os evolucionistas foram combatidos por causa da predominância de abordagens mecanicistas e positivistas. Não existiria, porém, "evolução social da humanidade" ignorando-se mudanças sociais abruptas, provenientes de invasões, difusão cultural e mudanças sociais que adaptassem a ordem a inovações que conduziam à reforma social e à revolução.

Se ultrapassássemos os raciocínios circulares, a ordem social não ganharia muito com a obsessão comparativa. Especialmente em sociedades estratificadas, nas quais a ordem social pode conter contradições e tensões mais ou menos violentas em virtude de sua constituição. É um mito postular que os dinamismos reprodutivos são mais importantes que os transformadores. Nessas sociedades, a estabilidade procede do monopólio do poder por uma categoria social, uma casta, um estamento ou uma classe. Como explicaram Marx e Engels em *A ideologia alemã*, o monopólio do poder e a estabilidade vinculam-se à supremacia ou à dominação predominante.

Isso não pressupõe, por si só, a existência de tensões e de contradições que exijam algum tipo de mudança social. E a revolução (como a reforma social, de outro ângulo) cria as motivações da rebelião. A dominação de classe, que nos interessa aqui, tende a reforçar a estabilidade e a prolongar a ordem social existente além da capacidade de tolerância e submissão de outras classes ou dos sem-classes, que chegam a uma visão negativa da ordem social e terminam por desejar explodi-la, eliminando a ordem prevalecente e a dominação de classe.

A desintegração da feudalidade foi prolongada. Apesar da dispersão dos núcleos de população e do grau de autonomia dos grandes senhores, a solidariedade dos estamentos dominantes conteve as impulsões que poderiam acelerar os ritmos históricos. O preço da salvação da nobreza decidiu-se pela centralização do poder nas mãos das casas nobres mais poderosas, no aparecimento resultante da monarquia e na dissociação progressiva dos artífices-comerciantes de controles rígidos. Foi assim que surgiram as premissas históricas da difusão do capital sob a forma de moeda, da propriedade privada moderna e das relações mercantis correspondentes. Aos poucos, esse estamento intermediário ajudou a soterrar a ordem feudal e tornar-se ele próprio muito importante na sociedade emergente.

Ficando dentro dessa perspectiva morfológica, que abstrai aspectos decisivos da totalidade dos processos econômicos e políticos, observa-se que se formava uma classe nova, interessada na desintegração da sociedade feudal apenas para aproveitar-se dos dividendos que podiam ser convertidos em riqueza ou poder. A burguesia abriu o seu caminho de forma sinuosa e inseriu-se na revolução que se travava no tope ao mesmo tempo ativa e parasitariamente. Iria demorar mais de três séculos para que ela brandisse

bandeiras revolucionárias "populares" e de "salvação nacional".

O exemplo é esclarecedor, porque mostra a formação de uma dominação de classe segundo moldes dissimulados e sob o manto de uma espoliação de outros setores da sociedade, de alto a baixo, com economia de energias sociais e por meio da penetração sistemática em todos os postos acessíveis de poder. Nesses termos, a desintegração da sociedade feudal e a consolidação da monarquia erigem-se em um modelo de rebelião silenciosa, que abrange reformas sociais sucessivas, a extinção paulatina da herança feudal e a fermentação de inovações estruturais de cima para baixo e vice-versa. De fato, antes de encerrar esse complexo ciclo de alteração da ordem, burgueses conseguiram enobrecer-se, suas subclasses se irradiavam por todo o sistema de poder e, no conjunto, ardiam pelo advento de uma ordem social na qual não encontrassem obstáculos para difundir uma nova concepção do mundo. A revolução social coroa, nos fins do século XVIII e no início do século XIX, essa eclosão tardia que transmuta uma rede intrincada de interesses econômicos, valores sociais e aspirações políticas.

No comando das fábricas, de outras instituições-chaves da sociedade e, em particular, do Estado inaugura-se outro estilo de ação social burguesa. Com ritmos rápidos, a burguesia consolida uma dominação de classe que inverte os pilares centrais da "Grande Revolução". Liberdade, igualdade e fraternidade, nos seus principais desdobramentos, não eram conciliáveis com a forma moderna de propriedade, com a acumulação ampliada do capital, que impunha, inexoravelmente, a exploração intensiva do trabalhador, e com as lutas sociais inerentes ao novo tipo de sociedade civil. A burguesia "conquistadora" não podia ceder espaço à ebulição que agitava a sociedade. Ela não interrompe sua revolução, mas passa a graduá-la com o fito de estendê-la a todos os recantos do meio sócio-econômico, cultural e político. As suas bandeiras revolucionárias foram enroladas e toda transformação que afetasse a estabilidade da ordem sofria paralisações prolongadas.

Excluído, de fato, das malhas do confronto tolerado e da submissão ao poder, o proletário não dispunha de vias de auto-emancipação coletiva. Só a experiência ensinaria quais eram as armas institucionais que deveriam ser postas em movimento para desencadear lutas sociais que ameaçassem a organização das fábricas ou da sociedade. O Estado assumiu o pendão de garantir a estabilidade e de selecionar mudanças que só a longo prazo teriam um significado positivo para todos. Não havia como infiltrar-se, a não ser por peneiramento social, que desfalcava os proletários de seus quadros mais capazes e combativos ("circulação das elites" acompanhada da acefalização decorrente da pequena burguesia e dos líderes dos trabalhadores qualificados).

O nível cultural médio dos países europeus mais adiantados fazia com que os mestres-artesãos tivessem informações especializadas e conhecimentos superiores aos que possuíam outros trabalhadores. Isso faci-

litou a disseminação do radicalismo político e a formulação de reivindicações que conduziram a posições de reforma social e permitiram a erupção dos dois movimentos sociais descritos por Marx e Engels no *Manifesto comunista*. Liberais e conservadores resistiam às pressões de baixo para cima. Na iminência de manifestações desastrosas para a ordem preferiam, se tivessem alternativa, dosar as mudanças exigidas. Apenas endossavam o que era mais urgente ou inevitável. A "democracia burguesa", portanto, entrava no compasso da acomodação e sua realidade histórica nascia dos setores em confronto com a dominação de classe.

Quase um século mais tarde, o capitalismo financeiro tomou-se crescentemente burocrático e processos de internacionalização da produção, do mercado e do "Estado de Direito" germinaram em três ondas sucessivas de oligopolização e de avanços e recuos na incorporação imperialista da periferia. No ínterim, os centros imperiais fabricaram sua própria periferia. A tecnologia dos computadores e a tecnocracia tomaram conta do que se chama hoje em dia de "globalização". Depois do desfecho da "guerra fria" disseminou-se o mito de que o "socialismo está morto" e a ordem social da terceira revolução do capital monopolista funcionou como uma armadilha tanto para o "radicalismo responsável", quanto para a própria revolução. Os países pobres ou em desenvolvimento foram empurrados para essa armadilha, pois o capitalismo monopolista da era atual requer uma infraestrutura nova (uma fronteira de expansão dentro do mesmo espaço geográfico). O "neoliberalismo" serviu para dar uma aparência de sentido a esse processo de devastação das classes sociais e dos sem-classes. Um embuste ideológico sem paralelos e também sem premissas históricas engana a imaginação burguesa e daqueles que deveriam encarnar a resistência acirrada às formas de violência, de ultra-espoliação e de esmagamento das lutas sociais dos trabalhadores, da pequena burguesia e de estratos das classes médias em desnivelamento social. As respostas a essa tragédia, dadas em nome da "esquerda" pela social democracia, assumiram caráter ambíguo e conformista.

Nesse passo revela-se a atualidade do marxismo e a necessidade do socialismo revolucionário militante. A experiência do socialismo de acumulação⁽¹⁾ e das tentativas revolucionárias nacionalistas patentearam-se como insuficientes. Eles tiveram um ponto positivo: a volta a Marx, conjugando dialeticamente teoria e práxis. Os erros cometidos têm importância crucial. Eles apontam para as exigências expressas do pensamento socialista revolucionário. Reclamam fidelidade integral aos objetivos da democracia da maioria e a elaboração dos requisitos do advento do comunismo. Não se

1. Conceito provocado pela obtenção de excedente, de caráter espontâneo ou obrigatório (na Rússia revolucionária e em outros países).

pode separar em três o processo da revolução socialista: no tope dirigente, as lideranças intermediárias políticas e tecnocráticas; no meio, mas sem possibilidades concretas de ação revolucionária propriamente dita, os "intelectuais orgânicos", sábios eunucos de uma ordem social moldada sem a compreensão das tendências históricas de médio e longo prazos da revolução; na base, uma extensa população excluída das atividades que ligam teoria e prática, fanatizada por uma máquina de propaganda cruel e castrada do poder operário.

Muitos rastreiam em Marx suas previsões geniais da organização e do futuro do capitalismo, inclusive no que se refere à primeira manifestação do capital monopolista. Mas não é por aí que se define toda a grandeza de Marx e de outros marxistas de formação teórica rigorosa. Ela está descrita na "ótica comunista", que ele e Engels formulam com perspicácia política no *Manifesto comunista*. A divisão corre entre a reprodução e a ampliação da barbárie; e uma sociedade sem classes, que aniquila larga parte da herança cultural burguesa. Os acadêmicos se apossaram dos textos clássicos do socialismo revolucionário. Chegaram a tomá-lo tão preciso que acabaram lidando com um marxismo morto, uma espécie de teologia tomista ou de metafísica kantiana (como se pode exemplificar com Althusser). A erudição afogou o que havia de inventivo e de provocativo para a reflexão e a contribuição das gerações posteriores. Ora, o destino de sua obra não era esse - mas o de fundir as idéias dos filósofos às ações rebeldes dos operários, gerando forças sociais de construção de uma sociedade nova.

A atualidade de Marx prende-se, pois, diretamente ao solapamento e eliminação do capitalismo monopolista avassalador da "globalização" de economias, culturas e sociedades que, na verdade, só se unificam em certos pontos estratégicos da consolidação do capitalismo em seu paradigma final, mais bárbaro e brutal que se poderia imaginar. Há pensadores simpáticos a Marx e neo-marxistas rigorosos que enxergam nos caracteres do capital monopolista em desenvolvimento para duvidar ou mesmo negar a probabilidade de uma revolução operária. Sem proceder a uma representação do concreto como totalidade histórica, tiram ilações que abstraem o campo das mudanças revolucionárias. Seria preciso perguntar: tais caracteres fundamentam a presunção de que as mudanças em vir a ser histórico se concretizem? O capitalismo monopolista da era atual sufocou as contradições intrínsecas ao capitalismo em geral e que se agravam de maneira imprevista graças à composição do capital e à tecnologia que ele pressupõe? Ao produzir lucro e pobreza numa escala geométrica e ao entronizar uma tecnocracia que domina todas as instituições, da corporação gigantesca ao Estado, ele aumenta a tolerância dos subalternizados, cujo patamar mínimo de pobreza gira em torno de 25% para cima ou para baixo? A comunicação de massa exerce um efeito narcótico permanente na cabeça

dos escorraçados do sistema. Mas ela não tem como anular as contradições reais de uma sociedade desse tipo.

Aproximamo-nos da verdade por inteiro. A atualidade de Marx não reside nas obras que escreveu, mas no apelo para estudar e reinterpretar o concreto como totalidade histórica e descobrir nele a natureza da revolução. Atualidade significa "ir além", seguindo os mesmos princípios e métodos interpretativos. Se sobrevivem as crises de longa duração e se persiste o clamor rancoroso dos que sofrem os dilemas sociais, a ordem está condenada. Generaliza-se o saber de que na civilização vigente fica a gênese das iniquidades, das psicoses e do padrão de desumanização da pessoa. As duas alternativas são a decadência inevitável ou o socialismo. De que lado nos situamos? Deixar que a civilização mais rica da história da humanidade pereça miseravelmente ou levar avante os processos de renovação sem limites que ela contém, sob a égide do socialismo revolucionário?

Voltamos ao ponto de partida que Marx e Engels atravessaram. As revoluções de meados do século XIX falharam, dentro de uma ótica comunista. O que os dois pensadores fizeram? Debruçaram-se sobre a história para descobrir as fontes de seus erros. Puseram revolução e contra-revolução face a face e buscaram novas interrogações para os problemas mal-entendidos ou para os processos em gestação. As evoluções do capitalismo monopolista hodierno são claramente reacionárias. Reação *versus* revolução. Temos de recuperar a noção de revolução permanente, que eles enunciaram. E verificar por que os caminhos dessa típica reação, imersa sob inovações e "modernidade", desembocam nos limites de uma civilização estática. E, principalmente, cabe-nos estudar se os dinamismos da revolução não estão alimentando, no substrato da sociedade capitalista mais avançada, algo diferente - uma civilização capaz de fomentar um mundo histórico que vá além dos tecnologistas e dos seus aproveitadores. Ou seja, liberar a imaginação inventiva, a ciência e a tecnologia das cadeias que as prendem à multiplicação da injustiça social.

TRANSFORMAÇÃO CAPITALISTA: RELEVÂNCIA E LIMITES DO MARXISMO

JAMES PETRAS*

Tradução: João Roberto Martins Filho

Introdução

O colapso do coletivismo burocrático significa a definitiva reabilitação do marxismo como teoria e prática política. De mais a mais, a prolongada estagnação do capitalismo em escala mundial atingiu níveis historicamente sem precedentes(1), o que corrobora a crítica marxista do capitalismo. Mas os problemas que, hoje e no futuro próximo, se colocam aos marxistas não são pouco intimidantes.

Inicialmente, discutiremos a chamada "crise do Marxismo" como uma *crise dos intelectuais* - um "colapso de energia". Diante das poderosas pressões originárias dos centros capitalistas, a "crise do marxismo" é enfocada como uma realidade *subjetiva* visível nos erros de avaliação e na sensação de impotência da ex-intelectualidade marxista. Ao discutir e analisar a "subjetividade" da crise, estaremos limpando o terreno para abrir o debate sobre a relevância objetiva do marxismo na análise não apenas da falência do coletivismo burocrático, como da dinâmica estrutural do capitalismo contemporâneo. Passaremos, então, ao exame da relevância do marxismo para a compreensão do desaparecimento do stalinismo. A esse respeito, é importante salientar que, enquanto os autores burgueses inicialmente descreveram o comunismo como algo à beira do colapso iminente, para depois apresentá-lo como um "monolito totalitarista" incapaz de evolução interna, os marxistas enfocaram a natureza contraditória do regime comunista (tensões entre origens operárias e dominação burocrática, tensões entre produção socializada e controle e apropriação burocráticos do excedente) e de suas pretensões ideológicas (bem coletivo *versus* elites privilegiadas). Enfim, voltaremos nossa atenção para a relevância do marxismo para a compreensão da dinâmica estrutural profunda do capitalis-

* Professor da State University of New York - Binghamton

1. A estagnação, ou o declínio absoluto, afetou todos os continentes e os principais países capitalistas por quase uma década, ao passo que graves depressões foram a regra nos ex-países comunistas, na América Latina e na África.

mo contemporâneo - de maneira a destacar o modo como o quadro analítico marxista é superior a quaisquer de seus concorrentes liberais, neoclássicos ou pós-modernos. Isso, por sua vez, permitirá levantar os desafios e problemas reais que desafiam o marxismo, se este pretende se tornar politicamente relevante no mundo contemporâneo.

Crise dos intelectuais

A "crise do marxismo", na forma como é hoje discutida, configura uma "crise de energia intelectual" - a capitulação dos antigos esquerdistas diante da presença aparentemente avassaladora e dos triunfos político-militares do capitalismo no mundo contemporâneo. Os ex-esquerdistas estão traumatizados por sua visão negativa. O mercado mundial está por toda parte, as regras dos bancos internacionais são solidamente impostas, a classe trabalhadora industrial entra em declínio ou bate em retirada, as Nações Unidas tornaram-se uma polícia global americano-européia. Confrontados com essa visão apocalíptica, os ex-esquerdistas decidem que o melhor é atuar *a partir do mercado*(2). *manejar* as regras dos bancos *nas margens*, concentrar seu foco nas atividades locais ("sociedade civil"), fazer da necessidade uma virtude, aderindo ao coro que condena a intervenção estatal e a luta pelo poder de Estado, abraçar identidades culturais estreitas como foco da atividade militante, nos interstícios deixados pelos poderes capitalistas dominantes..., numa palavra, aderir ao "possibilismo" - a esperança de que, ao pintar a máscara no Moloch, a ganância será domada em um pacto social do capitalismo humanista.

O "colapso de energia" tem suas raízes no fracasso da esquerda em resistir às pressões ideológicas dos meios de comunicação de massa e dos estados ocidentais (bem como de seus intelectuais de plantão) no sentido de amalgamar marxismo e regimes coletivistas burocráticos.

Existe a *percepção* por parte de muitos, particularmente na esquerda, de que o colapso dos regimes coletivistas burocráticos reflete a "falência" do marxismo. Na medida em que tal visão permeou os movimentos sociais e políticos em escala mundial, ela enfraqueceu severamente *toda* a esquerda, inclusive aqueles que têm uma compreensão diversa. Na medida em que essa percepção levou a defecções em direção à política liberal e a movimentos reformistas setoriais, ela restringiu a arena do debate público, fechou o acesso à mídia e promoveu desmoralização e desorientação nos movimentos populares.

2. Jorge Castañeda. *A utopia desarmada*, São Paulo, Companhia das Letras, 1994.

Em segundo lugar, na medida em que parcelas substanciais da esquerda - incluindo setores não-comunistas - dependiam do apoio material dos regimes comunistas, o desaparecimento destes solapou a disposição e a capacidade da esquerda de funcionar fora dos parâmetros do capitalismo mundial.

Em terceiro lugar, a classe política no Ocidente e os ex-líderes stalinistas no Leste monopolizaram os meios de comunicação de massa e o debate público sobre o significado do colapso do stalinismo, amalgamando ideologia estatal comunista e marxismo. Na medida em que foram bem-sucedidos em convencer o populacho e os intelectuais da verdade de sua equação (colapso do stalinismo = fim do marxismo), as tarefas de clarificar e distinguir marxismo e stalinismo tomou-se infinitamente mais difícil.

Pelas razões acima, ao contrário do que acreditam muitos marxistas antistalinistas, a falência do comunismo soviético não limpou o terreno para a avaliação racional da teoria e da prática marxistas, nem facilitou a expansão de movimentos marxistas autônomos (sem o albatroz do stalinismo). Como consequência, no debate ideológico e teórico público, entre muitos acadêmicos e ativistas políticos, o marxismo é visto como uma ideologia cujo tempo passou.

Críticas pós-marxistas

Para alguns autores, o desaparecimento do stalinismo significou a ascensão em escala global da liberal-democracia - o "fim da história". Nessa perspectiva, as revoluções comunistas constituíram um desvio na marcha da história rumo ao capitalismo liberal-democrático. Para outros, elas funcionaram como mão oculta por trás de revoluções burguesas, removendo da sociedade o entulho pré-capitalista e preparando o terreno para um estágio novo e mais vital do desenvolvimento capitalista.

A tese do "fim da história", com sua visão teleológica, fracassa em ver o capitalismo liberal como um sistema social historicamente específico com morfologia própria, nascimento, maturação, declínio e transformação. Os colapsos periódicos das sociedades capitalistas, suas violentas intromissões em estados mais fracos, sua perene expansão, com a subordinação de economias vulneráveis, seu desvio de recursos e pauperização de sociedades nacionais em nome da liderança global foram acompanhados por guerras destrutivas e perdulárias, que por seu turno se transformaram, às vezes, em revoluções anticapitalistas, algumas das quais foram depois revertidas. Em suma, não há base histórica para defender o "progresso linear" rumo ao "livre mercado" e à "democracia liberal". O capitalismo - seja liberal-democrata ou autoritário, centrado no Estado ou dirigido para o mercado - evoluiu em resposta à tensão entre forças opostas internas e externas: os conflitos internos entre capital e trabalho e os externos entre os capitais concorrentes. Revoluções e contra-revoluções periódicas refletem os conflitos internos; guerras comerciais de escala mundial e regional, os conflitos externos.

Em segundo lugar, o declínio do comunismo não foi realizado por uma classe social capitalista, nem tampouco emergiram daí uma sociedade e economia capitalistas democráticas. A derrubada do comunismo foi basicamente o produto de uma elite burocrática imbuída de uma ideologia capitalista, mas sem laços históricos com o capitalismo, seu desenvolvimento e seus mercados. A coisa mais próxima de uma classe capitalista nativa eram as redes ilícitas de contrabando, operando nos interstícios do sistema de planejamento estatal. A consequência da restauração capitalista por uma classe não-capitalista foi o enxerto de políticas-: e de práticas numa sociedade carente das agências sociais aptas a implementá-las. Em vez de uma classe capitalista doméstica o que emergiu foi, por um lado, um grupo de intermediários do capitalismo ocidental e, por outro, o crescimento de uma poderosa camada de espoliadores ("redes mafiosas") que pilham a economia existente de seus recursos públicos e desviam empréstimos ultramarinos para contas bancárias estrangeiras, sem desenvolver as forças produtivas. A resultante decadência das sociedades comunistas expressa-se em desemprego endêmico, crime e prostituição em larga escala, bem como no declínio da produção e do consumo. A isso corresponderam a expansão de governos autoritários e a imposição externa da política econômica. Nem a democracia liberal nem o desenvolvimento capitalista emergiram da derrubada do coletivismo. O colapso da URSS e a ascensão ao poder de governantes pró-Occidente tampouco resultaram no estabelecimento de Estados-nação viáveis. Divisões étnicas e guerras civis, autoritarismo nacionalista e religioso foram o traço mais proeminente do mundo pós-comunismo.

Contrariando o "cenário de fim da história", muitas sociedades pós-comunistas *regrediram* em termos sociais e culturais: voltaram doenças do século XIX, estão em vigor proibições ao aborto, o pauperismo generalizado tomou-se regra entre os aposentados; cientistas altamente especializados estão sem emprego ou trabalham por uma ninharia. O que se apresenta como o triunfo definitivo da liberal-democracia e do capitalismo sobre o comunismo é, de fato, a desintegração do Estado-nação em enclaves cada vez mais reduzidos de etnias beligerantes, a decadência da vida pública e a destruição dos sistemas produtivos. Os sinais de desencanto público massivo estão presentes por toda a parte nos países onde "o mercado" venceu. À medida que crescem as vítimas do livre mercado, o que efetivamente acabou foi a celebração "triumfalista" da restauração do mercado. Em vez de considerar a derrubada do comunismo como uma revolução burguesa que limpa o terreno para o avanço capitalista, seria empiricamente mais correto (ao menos na ex-URSS e na Europa oriental) encarar a ascensão de regimes pós-comunistas como um retrocesso histórico - talvez como um desvio temporário no caminho de uma forma nova e revitalizada de coletivismo democrático.

Críticas marxistas do comunismo

Se, no momento, fomos capazes de resistir às modas "pós-marxistas" do dia e identificar as categorias analíticas essenciais do marxismo, poderemos considerar como elas se saem ao enfrentar as tendências estruturais de larga escala e longo termo do capitalismo contemporâneo. O ponto básico é que o marxismo - e não a economia neoclássica ou a política liberal - tem grande relevância para nosso entendimento das transformações estruturais em curso. Além disso, a evolução, crise e desaparecimento do stalinismo foram mais brilhantemente analisadas e antecipadas por pensadores marxistas que empregavam categorias marxistas.

Foi Rosa Luxemburgo quem identificou as tendências autoritárias implícitas na estrutura do Partido Bolchevique. Leon Trotski, quem identificou o novo aparelho de Estado como estrato sócio-político distinto, que se apropriava do excedente da classe trabalhadora, minando as regras igualitárias e contradizendo as origens revolucionárias do regime. O historiador marxista Isaac Deutscher discutiu a possibilidade de uma evolução no sentido da restauração capitalista. O filósofo marxista Herbert Marcuse refutou criticamente a pretensão soviética de pertencer à tradição ideológica marxista.

O método dialético marxista, o emprego da análise de classe, a aplicação das noções de contradições de classe, conflitos de classe e de natureza de classe do Estado foram essenciais para a compreensão das crises do sistema stalinista e da restauração do capitalismo. Assim como o stalinismo não poderia explicar sua própria degeneração, o capitalismo liberal pós-comunista não é capaz de explicar as crises catastróficas que suas instituições e políticas engendram. Não se deve confundir a penetração conjuntural ou mesmo a hegemonia de uma ideologia com sua profundidade ou durabilidade.

A relevância do marxismo

Hoje, o marxismo é a mais útil perspectiva para entender as principais transformações estruturais que têm lugar na economia capitalista mundial. Não obstante, os teóricos marxistas devem acertar as contas com as vastas transformações nas estruturas de classe, tecnologias, relações Estado-sociedade civil, que tiveram lugar no último quarto de século. De outra forma, seu quadro conceitual tornar-se-á irrelevante para a análise do mundo contemporâneo e para a criação de uma alternativa convincente.

Os principais processos estruturais contemporâneos são melhor compreendidos dentro de um quadro marxista. Uma retomada de alguns processos, relacionados com alguns conceitos básicos, ilustrará a utilidade da teoria marxista.

1) *A concentração e centralização de capital no interior de países e em escala regional.* As fusões e compras que acompanham a expansão das empresas globais são uma indicação dessa "lei do capitalismo" presente na análise marxista.

2) *A intensificação e extensão da exploração que acompanham a expansão e competição capitalistas.* O declínio dos salários, a eliminação de benefícios relacionados à saúde, pensões, férias e outros, acompanhados pelo aumento do tempo de trabalho e crescimento da produtividade dos trabalhadores atestam a relevância da análise marxista.

3) *Desigualdades de classe e polarização social crescentes.* Na Europa, EUA, América Latina e Ásia, as políticas de "livre-mercado" romperam as redes de seguridade social e contribuíram para o aumento da concentração de renda e para um crescente subproletariado.

4) *Crescente competição intercapitalista.* As guerras comerciais e a formação de blocos rivais pelos maiores adversários capitalistas, bem como a reemergência de rivalidades inter-imperiais solaparam por completo as noções neoclássicas de relações de mercado complementares e harmoniosas.

5) *As tendências do capitalismo às crises e estagnação.* Com o declínio das economias de guerra, a ausência de grandes inovações capazes de estimular a recuperação e o crescimento, a dívida e os déficits fiscais montantes, a crescente produtividade, ao lado da redução da base de consumo, ganharam o primeiro plano as tendências inerentes às crises.

6) *O imperialismo é um traço dominante na definição de relações entre Estados capitalistas avançados e menos desenvolvidos.* A subordinação da Europa oriental e da ex-URSS ao capital da Europa ocidental e dos EUA, evidenciada na pilhagem de suas economias e na crescente penetração e subordinação do mercado chinês pelo Japão, Hong Kong e Taiwan, é testemunha do fato de que a expansão global - o imperialismo - é a força propulsora de nossa época. 7) *A Luta de classes como força motriz da história.* Os principais termos em praticamente qualquer discurso político são "competitividade" e "flexibilização da mão-de-obra", expressões que descrevem mudanças em grande escala na relação trabalho-capital. Nas duas últimas décadas, a classe capitalista e seus representantes estatais se engajaram em uma violenta guerra de classes, convertendo trabalhadores permanentes em temporários, alterando normas de trabalho e, o que é mais importante, assumindo o controle absoluto sobre as condições de trabalho. A tímida resposta da classe trabalhadora e dos sindicatos a essa luta de classe (sua natureza unilateral) não obscurece a essência do processo, a luta de uma classe (a dominante) para impor seu poder e suas prerrogativas sobre outra, estabelecendo unilateralmente os termos da produção e da reprodução.

8) *A natureza de classe do Estado*. A esmagadora ênfase da política estatal concentrou-se em facilitar o amplo processo econômico empreendido pela classe capitalista dominante. A "reestruturação" da classe trabalhadora foi promovida por políticas estatais enfraquecedoras dos sindicatos de trabalhadores. Os movimentos do capital foram subsidiados por políticas fiscais do Estado; a concentração de capital, pela "desregulamentação" estatal; efetivou-se a "transferência" de perdas privadas, por meio da intervenção do Estado, para o erário público. As profundas mudanças nos salários, baseadas no poder estatal de intervir em benefício do capital, reduziram a função de "legitimação" do Estado a uma atividade mínima. O Estado não é uma entidade autônoma que media as classes. Suas principais decisões podem ser melhor entendidas no quadro de seu caráter de classe.

Em suma, o sentido da mudança, a dinâmica das relações Estado-sociedade civil, o processo de expansão internacional, a estrutura do mercado e as formas organizacionais emergentes dos principais atores sócio-econômicos podem ser entendidos num quadro marxista. Na livre concorrência das idéias, os conceitos-chaves marxistas demonstraram sua validade em face da e contra os paradigmas neoclássicos liberais. Contudo, o poder explanatório global do marxismo não é suficiente para enfrentar o mundo contemporâneo, a menos que se reconheçam as vastas transformações ocorridas tanto dentro como fora de suas "categorias históricas".

O ECONOMICISMO OCULTA A REVOLUÇÃO

"Uma certa idéia abstrata, porém cômoda, tranqüilizante, de um esquema 'dialético', purificado, simples (...) e a fé na 'virtude' solucionadora da contradição abstrata como tal: a bela contradição entre capital e trabalho. "

(Louis Althusser, depois de Lenin e Mao Tsé-tung)

ARMANDO BOITO JR.*

O debate sobre a atualidade do movimento socialista e da revolução tem se desenvolvido, em grande parte, em bases equivocadas.

Intelectuais de diferentes posições políticas têm debatido o futuro do socialismo e da revolução circunscritos, em grande medida, ao terreno estreito da tecnologia e da situação de trabalho e de mercado da classe operária. O economicismo, típico da ideologia neoliberal, espalhou-se por diversas áreas das ciências humanas. Os movimentos operário e socialista seriam, segundo essas abordagens, coisas do passado devido às novas tecnologias, às novas formas de gestão da força de trabalho, ao desemprego e à fragmentação da classe operária. As bases sócio-econômicas para unificação da classe operária num movimento de classe teriam desaparecido.

Muitos críticos de esquerda têm argumentado, com razão, que as transformações econômicas e tecnológicas não apontam para a eliminação do trabalhador coletivo assalariado, manual e não-manual. Ocorre que operam com esse argumento no interior da mesma problemática teórica à qual pertence a análise que pretendem criticar. Consideram-no suficiente para demonstrar a possibilidade histórica da revolução. Tudo se passa como se, de fato, os movimentos operário e socialista pudessem ser deduzidos da situação de trabalho e de mercado da classe operária, isto é, do "universo estreito" (Lenin) das relações entre operários e patrões. Ora, o movimento operário e a revolução foram, ao longo de todo o século XX, resultado de um conjunto amplo, complexo e heterogêneo de relações e contradições entre diversas classes sociais, nacionalidades e Estados, conjunto esse que, embora extravasasse o sistema capitalista, articulava-se em torno dele em escala internacional. É do processo político global, desse conjunto de relações e contradições, que se deve partir para compreender as condições nas quais a classe operária pode unificar-se num coletivo de classe e as condições nas quais podem ocorrer as revoluções.

* Professor do Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas

I

A longa onda revolucionária do século XX iniciou-se no México em 1911, com uma revolução democrático-burguesa, e, depois de passar pela Europa, Ásia e África, encerrou-se na Nicarágua, em 1979, com uma revolução democrático-popular. O ciclo abriu-se e fechou-se na América Latina, e comportou vários tipos de revolução nos quatro continentes. Foram contradições típicas do sistema capitalista, mas também, de modo bastante amplo, contradições próprias de modos de produção pré-capitalistas e, principalmente, contradições oriundas do sistema imperialista que provocaram essas revoluções.

O capitalismo estava consolidado em poucos países no início deste século XX: na maioria dos países da Europa ocidental, nos Estados Unidos e, talvez, no Japão. Mesmo nesses países, contudo, as sobrevivências pré-capitalistas (feudais e escravistas) eram marcantes. Na América Latina, a despeito da existência de Estados burgueses na maioria dos países, a agricultura, na qual estava alocada a maior parte da população latino-americana, baseava-se, inclusive no Brasil, em relações de produção de tipo pré-capitalista, caracterizadas por formas variadas de subordinação pessoal do trabalhador ao proprietário da terra. Na Ásia, formas comunitárias de utilização da terra conviviam com sistemas de castas e ordens e com latifúndios tipicamente pré-capitalistas. Na África negra, ainda predominava a organização tribal. A luta camponesa pela terra e contra diversas formas de renda pré-capitalista foi um dos componentes fundamentais das revoluções do século XX.

O século XX foi, também, o século da formação do novo sistema imperialista internacional: a disputa entre as potências pela repartição da periferia e a luta de libertação nos países dependentes estiveram na raiz de crises e revoluções. A dominação imperialista articulou-se, na periferia do sistema, com toda sorte de economias e Estados de tipo pré-capitalistas, introduzindo, nos países periféricos, contradições de novo tipo - as contradições de classe típicas do capitalismo e as contradições decorrentes da dominação imperialista sobre os Estados e as economias nacionais. Essas novas contradições vieram se somar às contradições específicas daquelas formações sociais.

As revoluções do século XX estiveram, todas elas, ligadas a esse quadro geral: o desenvolvimento desigual do capitalismo, o sistema imperialista e o pré-capitalismo ainda prevalecente em grande parte dos países periféricos. A Revolução Russa de 1917 e, mais tarde, a Revolução Chinesa de 1949 e a bipolarização da política internacional entre Estados Unidos e União Soviética geraram novas contradições e estimularam os

movimentos revolucionários em escala internacional.

Nos países capitalistas centrais, o movimento operário foi, na maior parte do tempo, um movimento por reformas, cujo resultado foi a extensão da cidadania do plano civil, no qual a burguesia procurava confiná-la, para os planos político (democracia) e social (Estado de bem-estar). O movimento operário dos países capitalistas centrais converteu-se em movimento revolucionário em conjunturas específicas de crise, propiciadas, no mais das vezes e de modos variados, por disputas e guerras entre as burguesias nacionais imperialistas e neocoloniais (revoluções russa e alemã) e pelas lutas de libertação nacional nas colônias (Revolução Portuguesa). As guerras exigem muito das massas, degradam suas condições de vida, provocam um crescimento "desmesurado" e brusco da base "proletária e popular" do Exército burguês e podem dividir e desmoralizar as classes dominantes. Os Estados Unidos, potência capitalista cujo território nunca foi palco de conflito bélico interimperialista, jamais estiveram ameaçados por um movimento operário socialista revolucionário.

Nos países periféricos, as revoluções, nacionais ou populares, sempre estiveram vinculadas à luta contra a dominação imperialista e, principalmente nos casos da África e da Ásia, contra a dominação de tipo neocolonial. Essas revoluções tiveram, no mais das vezes, o campesinato como principal força motriz. O que variou de uma para outra dessas revoluções foi a sua força dirigente: ora a burguesia nacional, ora a pequena burguesia e as camadas médias urbanas, ora núcleos reduzidos da classe operária que agiam representados por um tipo particular de partido político operário, forjado pela Terceira Internacional. Do mesmo modo que a luta pela independência nacional, que foi prolongada em toda a periferia do sistema, levou a crise política para o centro do sistema imperialista, propiciando oportunidades de ação mais ofensiva e mesmo revolucionária aproveitadas pelo operariado dos países centrais, assim também, na periferia, as classes populares e as burguesias nacionais foram beneficiadas pelas contradições e lutas que dividiam os países centrais. De um lado, a luta de libertação nacional pôde jogar com as contradições que dividiam as potências imperialistas e, a partir da Segunda Guerra Mundial, essa luta tem condições de explorar a contradição que opunha as duas superpotências - EUA e URSS. De outro lado, o movimento de libertação apropriou-se, à sua maneira, da crítica social e do conhecimento estratégico acumulado pelo movimento operário europeu. Apropriação que, de resto, criou uma das figuras ideológicas típicas deste século: uma ideologia "socialista periférica", que era, em realidade, expressão de um movimento nacional e popular. Talvez apenas na China e na União Soviética tenha existido, de fato, e mesmo assim apenas nas primeiras fases dessas revoluções, uma linha socialista proletária diferenciada das linhas nacional e popular.

É certo que o processo revolucionário na União Soviética e na China, após um período de lutas, redefinições e retrocessos, tomou o caminho do capitalismo burocrático - sem revogar, convém lembrar, todas as conquistas da revolução. Mas o resultado mais geral, e em muitos casos indireto e involuntário, dessa vaga revolucionária e dos movimentos reformistas que, de diversas maneiras, foram favorecidos pelas revoluções, esse resultado geral foi positivo para as classes populares: o fim do neocolonialismo (China, Egito, Argélia, Guiné-Bissau, Moçambique, Angola etc.), a democratização do acesso à terra em inúmeros países (México, China, Vietnã, Nicarágua etc.), a expansão do capitalismo nos mais importantes países da periferia (Índia, Brasil, México, Argentina etc.), a criação do Estado de bem-estar nos países centrais, a democratização do Estado burguês em escala planetária e a integração de grandes contingentes das massas populares ao consumo industrial.

II

Desde o final da Segunda Guerra Mundial, essas transformações, que se processavam em tempos desiguais, foram confluindo, gradativamente, para uma situação nova que encerrou aquele ciclo revolucionário. As contradições em jogo no conjunto do sistema encontraram, em momentos distintos e de modo desigual de país para país, soluções ou acomodações temporárias, e as novas contradições que surgiram não atingiram, ao menos até agora, um nível crítico.

A expansão da democracia política e do Estado de bem-estar no centro capitalista, a ausência de conflitos bélicos importantes entre as potências imperialistas, a formação de novos Estados nacionais na Europa, permitindo a organização em Estado-nação de nacionalidades oprimidas, a desagregação da União Soviética e a conseqüente eliminação da bipolaridade no sistema internacional, o fim do neocolonialismo na África e na Ásia, a industrialização capitalista dependente na América Latina e as reformas agrárias em inúmeros países da periferia solucionaram ou então acomodaram, ao menos temporariamente, as contradições que estiveram na base das revoluções: a) a contradição entre o movimento operário e a burguesia, principalmente nos países centrais; b) a contradição entre as potências imperialistas pela repartição da periferia; c) a contradição entre as superpotências (EUA e URSS), que, após a Segunda Guerra Mundial, cindiu a política internacional; d) a contradição entre, de um lado, as burguesias nacionais, a pequena burguesia e as camadas médias urbanas dos países periféricos e, de outro lado, o neocolonialismo; e) entre o campesinato e o sistema latifundiário; f) entre as populações urbanas dos países periféricos e a antiga divisão internacional do trabalho que bloqueava o acesso dessas populações ao consumo de tipo industrial; g) entre as burocracias (civil e militar) de Estado da periferia, que aspiravam a

autonomia jurídica do Estado que encarnavam, e a dominação neocolonialista, contradição que teve um papel central em revoluções nacionais como a do Egito.

O topo do sistema imperialista completou a passagem para um período no qual predomina a unidade política entre as grandes potências - organizadas em torno da hegemonia político-militar solitária e absoluta dos Estados Unidos, a relação do centro com a periferia encontrou uma nova acomodação e as referências político-ideológicas principais da luta revolucionária esvaneceram-se com o rumo capitalista burocrático tomado pelas principais revoluções.

III

O quadro histórico nesta última década do século XX é de estabilidade política relativa do capitalismo e do sistema imperialista. Mais do que isso: assistimos a uma ofensiva geral das forças conservadoras. À medida que a luta revolucionária recuava, o declínio e a desagregação final da União Soviética se consumavam e a cena internacional passava a ser ocupada apenas pela alternativa reforma ou reação, o reformismo foi levado de vencida pelas forças conservadoras do neoliberalismo. No que respeita à superação da bipolaridade entre a URSS e os EUA, o resultado foi, para os reformistas, o oposto do que esperavam. Diziam que o fim da guerra fria retiraria o pretexto (*sic*) do qual dispunham os EUA e a direita para combater as reformas. A esquerda reformista teria melhores condições de avançar. O que se verificou foi o contrário. O fim do "perigo vermelho", isto é, do espectro do capitalismo nacional autônomo de Estado que havia aterrorizado a burguesia privada imperialista ocidental, favorecendo tanto as reformas como a revolução no centro e na periferia do sistema, liberou a direita para partir para a ofensiva. A história não se repete; mas, em condições novas e com características particulares, a burguesia e o imperialismo procuram sim anular boa parte do saldo obtido no período anterior: ameaçam o Estado de bem-estar, a industrialização obtida na periferia e, até, a descolonização - por que não começamos a pensar num novo colonialismo comandado pelos EUA sob a bandeira da ONU?

No momento atual, a revolução não se encontra na ordem do dia. Isso quer dizer que a revolução está superada historicamente? Pensamos que não. O capitalismo e o imperialismo não resolveram as contradições que podem gerar as revoluções.

Essa nossa convicção, queremos enfatizar, não provém da refutação de argumentos como aqueles que se referem às estatísticas sobre o número de operários. Muitos marxistas raciocinam informados pela tese errônea da polarização sócio-demo gráfica entre a burguesia, que tenderia à progressiva redução de seu contingente, e o proletariado, que cresceria incorporando os

desclassificados das demais classes sociais, tese defendida por Marx em *O manifesto do Partido Comunista*. Ignoram a análise mais profunda e sofisticada do volume I de *O capital*, na qual, em ruptura com a tese presente em *O manifesto*, Marx demonstra que o aumento da composição orgânica do capital pode levar a uma diminuição, relativa ou absoluta, da classe operária. Deve-se lembrar que grandes países industriais, como os Estados Unidos, nunca estiveram seriamente ameaçados pela revolução. De resto, o movimento é desigual: com a internacionalização da produção capitalista, o contingente de operários pode diminuir em alguns países do centro e crescer em outros da periferia. Não consideramos decisivo, tampouco, o nível de emprego: a Rússia e a Alemanha revolucionárias não eram uma "sociedade do trabalho", mas de desempregados, e a primeira contava com uma classe operária bastante diminuta.

É necessário ter presente que, se a situação de trabalho e de mercado tem uma incidência direta sobre o movimento sindical, o mesmo não vale para a revolução. Na verdade, parte dos processos que têm afetado a atual situação de trabalho e de mercado da classe operária *são muito mais efeito do que causa do recuo da revolução*. A questão decisiva no que tange à situação da classe operária e sua possibilidade de dirigir um processo revolucionário consiste em saber se o trabalho manual, coletivo e assalariado está, sim ou não, em processo de extinção - seja pelo desaparecimento ou redução à insignificância do trabalho vivo nos processos produtivos, seja por um processo de regressão ao trabalho parcelar e independente. As pesquisas indicam que nada disso está ocorrendo. Se isso é assim, continua dependendo da política, nacional e internacional, a possibilidade de a classe operária unificar-se num movimento revolucionário.

O novo surto de crescimento das forças produtivas é portador de contradições novas e pode aguçar velhas contradições não resolvidas.

Esse crescimento tem provocado o aumento da pobreza na periferia e no centro. O Estado de bem-estar, que integrou o movimento operário europeu, está em crise. Amplos setores das classes médias encontram-se num processo de degradação sócio-econômica, depois de terem, de modo desigual, garantido alguma melhoria com o Estado de bem-estar no centro, e com a industrialização dependente na periferia. A organização das populações pobres e desenraizadas das grandes metrópoles poderá compensar, para as forças revolucionárias, o refluxo, em parte temporário, do movimento camponês em escala internacional. Refluxo que resultou das vitórias na luta pela reforma agrária e do avanço do sistema de trabalho assalariado no campo. Hoje o capitalismo ocupa sozinho - de fato e, o que é importante, também na percepção dos agentes sociais - a cena histórica. O agravamento das condições de vida poderá mais facilmente ser debitado, pelas massas, a esse sistema.

A unidade no topo do sistema imperialista poderá romper-se. Desde os anos 80, a tendência das potências imperialistas tem sido o agrupamento em blocos *concorrentes*. No interior de cada um desses blocos há grande *desigualdade* entre as potências associadas. As disputas por mercados e em tomo de dívidas, como a norte-americana, não estão isentas de se converterem em conflitos mais graves, e mesmo em conflitos bélicos. Guerras localizadas, como no Iraque ou na Bósnia, só são localizadas devido ao atual quadro internacional. Somente uma visão idílica da história do século XX e do imperialismo pode desconsiderar a hipótese de um agravamento das relações internacionais.

A situação de acomodação entre o centro e a periferia poderá deteriorar-se. As potências imperialistas têm pressionado, dos anos 80 para cá, por políticas de desindustrialização na periferia, e por um processo global de reconcentração financeira e tecnológica no centro do sistema. Tais pressões poderão reativar, em bases novas, a contradição de setores das burguesias nacionais periféricas, das classes médias e das massas populares com o imperialismo.

Pode-se levantar a hipótese de que, na nova situação histórica, as revoluções que poderão surgir estarão apontando muito mais para o futuro do que para o passado, ao contrário do que ocorreu com as revoluções do período 1911-79, que estiveram às voltas, em grande medida, com o feudalismo e com o imperialismo de velho tipo das potências neocoloniais. Se isso estiver correto, essa é uma razão a mais para os intelectuais socialistas assumirem a tarefa de desenvolver o marxismo, com base no estudo crítico dos textos e da experiência revolucionária do século XX. No século XXI, ao contrário do que ocorreu neste século, o socialismo poderá colocar-se como objetivo prático para um grande número de revoluções.

REVOLUÇÃO COPERNICANA NA REVOLUÇÃO

EMIR SADER *

I

Deixando de lado sua origem astronômica, historicamente revolução nos remete a 1789, a 1848 e a 1871, antes de qualquer coisa. Nesses três momentos, com sinais de classe diferenciados, temos dois movimentos em que se unificam dois momentos diferenciados: a luta pelo poder e um projeto de transformações radicais da sociedade.

A insurreição de massa estava presente nos três, uma luta popular armada por parte da maioria excluída do poder para derrotar o poder vigente, destruí-lo em suas raízes e erigir um poder alternativo, democrático, majoritário, sob direção da massa da população.

II

Eclodindo sempre no centro do capitalismo mundial, aquelas lutas apontavam para uma dinâmica contínua entre os dois momentos - o do assalto ao poder e o da transformação radical da sociedade. Se 1879 apresentava uma mescla quase indiferenciada de classe, já 1848 e 1871 possibilitavam definir que a classe que se postava à frente da luta pelo poder seria aquela que daria a direção das transformações revolucionárias. A revolução - "democrática com alma social" ou anticapitalista - ganhava um caráter em que o vínculo indissolúvel entre seu momento negativo e positivo se resolviam um no outro, possibilitados pela continuidade garantida no próprio caráter dual do proletariado - classe *do* sistema e classe *contra* o sistema.

III

A revolução - como se sabe - levou pela primeira vez de forma duradoura ao poder o proletariado na Rússia atrasada. Ali se separavam os dois ele

* Professor do Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

mentos indissolavelmente ligados nos episódios anteriores: a luta pelo poder não era levada a cabo nas condições de um capitalismo desenvolvido para a época e o proletariado dependia, para a sua vitória, da aliança de classe majoritária, um campesinato ansioso pela posse da terra.

Nos termos de Lenin, era mais fácil tomar o poder na Rússia atrasada, embora fosse mais difícil construir o socialismo. A revolução russa teria que ser resgatada pela revolução na Europa avançada. Senão, nos termos de Marx em *A ideologia alemã*, se faria a socialização da miséria e o retomo paulatino à barbárie.

A tomada do poder era mais fácil pela fragilidade maior das condições de dominação do Estado czarista, que havia tomado a Rússia atrasada no elo mais frágil da cadeia de dominação mundial do imperialismo, ao acoplar um meio social atrasado com as tentativas de se tomar um Estado imperialista, sentado à mesa com as potências europeias que repartiam o mundo entre si. A excessiva pressão sobre a sociedade produzia aquela fragilidade, que a guerra se encarregou de materializar mediante a incorporação maciça de operários e camponeses às armas e ao fronte de guerra irmanados.

IV

Uma vez terminada a guerra e a já então União Soviética isolada - depois que, num certo momento, entre 1919 e 1923, como que se decidiu o destino do socialismo neste século, quando se jogava a sorte da Alemanha derrotada na guerra -, colocaram-se os termos do debate entre Stalin e Trotski. Um dilema diante do fracasso da expansão do socialismo na Europa avançada e do resgate da URSS atrasada.

O triunfo de Stalin possibilitou transformar em virtude a debilidade da revolução: concentrar forças para construir o socialismo no "território libertado" da primeira "pátria do socialismo". A extensão da revolução mundial ficaria para quando condições mais propícias voltassem a aparecer no horizonte.

Assim se dissociavam os dois elementos antes intrinsecamente vinculados, sem que isto fosse assumido como tal: o assalto ao poder levava o proletariado a construir o socialismo, como se ele atuasse nas condições do capitalismo alemão ou inglês desenvolvido. "Condições objetivas" e "condições subjetivas" encontravam um hiato entre si, que, de forma análoga ao que aconteceu nos capitalismo tardios da Alemanha e da Itália, foi preenchido pelo Estado.

As "condições subjetivas" se encarregariam de criar as condições materiais necessárias a colocar a URSS no caminho da construção do socialismo. Nesse espaço de tempo surgiu o que se convencionou chamar de "stalinismo", caracterizado pela intervenção sem contrapesos - nos campos econômico, social, político, militar e ideológico - para gerar a partir do seio do Estado um socialismo de um ventre cuja gravidez foi forjada mediante uma violação.

V

O aparente "sucesso" da construção da URSS como país socialista - afirmada incondicionalmente pelos partidos comunistas, mas aceita por quase toda a esquerda, no sentido do crescimento econômico e da consolidação como segunda potência do mundo - apontava os caminhos da revolução numa determinada direção. Era possível tomar o poder e construir o socialismo mesmo nos países periféricos do capitalismo, de menor desenvolvimento econômico-social. Isso parecia se confirmar, porque os países que chegavam ao socialismo depois da consolidação da URSS como potência mundial, aparentemente como um sistema social "irreversível", poderiam contar com esta como ponto de apoio. Como posteriormente teorizaram dirigentes da Revolução Cubana, o papel do "campo socialista" deveria ser o de propiciar a acumulação socialista primitiva para as novas revoluções.

O triunfo da Revolução Chinesa parecia demonstrar praticamente que o socialismo comia o capitalismo pelas beiradas, construindo-se a partir de sua periferia, o que poderia transformar o que seria uma exceção numa regra.

Vietnã e Cuba estendiam essa idéia, já teorizada pelos dirigentes chineses, com a transferência da teoria do cerco das cidades pelo campo para a do cerco das metrópoles capitalistas pela periferia. Dali ao papel de vanguarda do campesinato e depois, no Cambodja, à teorização das virtudes do campo sobre a "corrupção" das cidades, foi um passo que alguns chegaram a dar.

Porém isso tudo partia de uma realidade evidente. A Europa capitalista, assim como os EUA e o Japão - conjunto das metrópoles capitalistas - se reconstruíam no maior ciclo de expansão desse sistema desde seu surgimento, vivendo sua idade do ouro, sem que os movimentos operários e os partidos comunistas ou social-democratas conseguissem fazer da revolução - e do socialismo - uma atualidade. Esse bloco unificado se opunha ao "campo socialista" e aos países do Terceiro Mundo que resistiam à sua subordinação econômica, política, militar e ideológica.

Havia um suposto nisso tudo: uma vez "tomado" o poder pelo proletariado e seus aliados, a construção do socialismo era possível. Havia diferenças no que se refere ao que significaria "tomar" o poder, que caminhos esse processo deveria assumir etc. Mas se mantinha como indissolúvel a continuidade entre os dois elementos - as duas acepções de revolução: tomada do poder e construção da sociedade socialista.

VI

O fracasso da União Soviética fez retomar com toda sua força a formulação de Marx a respeito da construção do socialismo em condições de atraso, acrescida do cerco de potências mais desenvolvidas tecnológica e economicamente. Mas, além disso, ressaltou com força não menor outras dimensões subestimadas do socialismo: a democracia política e o elemento moral da igualdade, da justiça social. Mesmo que competisse em condições superiores materialmente com o capitalismo, o socialismo teria que perfilar uma sociedade qualitativamente superior, distinta, das sociedades baseadas na maximização do lucro.

O sentimento difundido de que a "roda da história" não tinha volta atrás e que ela se encarregaria de repor as condições "corretas" de construção da sociedade que superaria o capitalismo ajudou a selar um certo determinismo histórico, subproduto da visão stalinista da história. Hoje temos consciência de que o socialismo não é inevitável, que não é certo que a história caminha para o socialismo ou mesmo que a história "caminhe". O método marxista tem compromisso com a idéia de contradição, que mais do que nunca se manifesta real e não com um unidirecionamento da história.

Mesmo numa primeira revisita da categoria revolução, podemos constatar que ela requer uma revolução copernicana: a história não gira em torno da revolução; é esta - se se quer efetivamente superar o capitalismo e construir uma sociedade qualitativamente diferente - que deve procurar se adequar ao movimento da história e das sociedades concretas.

Isso significa reapropriar-se do anticapitalismo como base da reconstrução da idéia do socialismo e da revolução. Foi da negação superadora do capitalismo que o socialismo marxista surgiu. É da sua reapropriação que pode ressurgir a revolução, que terá vida tão longa - assim como o socialismo quanto a do capitalismo como sistema baseado na exploração, gerador de exclusões, de desigualdades, de preconceitos, na mercantilização da vida. De sua negação superadora em todos os campos, a revolução se reafirmará, longe de qualquer visão redutora que a limite a um processo de luta pelo poder, mas que inclua, desde hoje, a construção da força social, ideológica, política, organizativa e material que conduzirá a construção de uma sociedade humana, justa, solidária.

A ATUALIDADE DA REVOLUÇÃO PROLETÁRIA

OSVALDO COGGIOLA *

A vigência histórica da revolução proletária refere-se à atualidade das suas premissas objetivas e subjetivas: crise e declínio da sociedade existente e de seu correspondente regime político, existência de uma classe revolucionária, isto é, portadora de um projeto social superador, e que age objetivamente para levá-lo à prática contra o Estado que condensa, organiza e defende as atuais relações sociais.

Não adianta responder aos defensores do "fim do socialismo" (devido à dissolução da ex-URSS e do mal-chamado "campo socialista") que o capitalismo também está em crise: o que aqueles questionam é a própria existência de um projeto social alternativo, ou seja, a própria capacidade de uma classe em materializá-lo.

A única maneira de se opor a essa intoxicação ideológica é defendendo a concepção já exposta por Leon Trotski na década de 30 (em especial em *A revolução traída*): a burocracia dirigente da URSS (e da China e da Europa oriental) é um órgão da burguesia no Estado operário; o aprofundamento da crise capitalista mina, por isso, as bases de sua dominação; a crise resultante põe cara a cara as alternativas da revolução operária antiburocrática e da contra-revolução capitalista, só possível por meios violentos (Tienanmen, Bósnia, Tchetchênia etc.). Falar em "morte do marxismo" (derivada da morte da URSS), quando só o marxismo foi capaz de um prognóstico histórico tão preciso, é dar prova, no mínimo, de completa ignorância.

É mais válida do que nunca, portanto, a conclusão então tirada por Trotski: a revolução socialista continua vigente na consciência das massas (expressa, também, nas revoltas antiburocráticas do passado e do presente) e na crise capitalista mundial. Devido ao caráter mundial do capitalismo, a vigência das premissas apontadas inicialmente só pode ser medida no âmbito internacional.

Quanto ao suposto declínio da classe operária, convém não confundir esse conceito com o declínio da esquerda que dizia representá-la. Uma esquerda tão esquizofrênica que, recentemente, cantava loas à queda do Muro de Berlim (o "muro da vergonha") durante o dia, mas chorava o "fim do socialismo" durante a noite.

* Professor do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

As mesmas condições de especulação financeira desenfreada e de endividamento externo crescente, que constituem a principal manifestação da crise capitalista mundial, estiveram na base da crise mortal dos "países socialistas" (por exemplo, as dívidas externas *per capita* da Polônia, Hungria e Iugoslávia eram/são iguais ou superiores às daquelas dos países latino-americanos). Isto configura a base econômica da crise mundial (ruptura de todos os equilíbrios políticos precedentes) que se desenvolve presentemente.

A degringolada das burocracias destrói um dos pilares da velha ordem mundial, que teve como marcos principais os acordos de Ialta e Postdam, aprofundados (ou melhor, precariamente consertados) em uma série de acordos posteriores. Os enfrentamentos diplomáticos e, às vezes, até militares da chamada "guerra fria" não puseram em questão esse marco: ao contrário, foram limitados pelos contendores para não questioná-los. A burocracia russa é parte (agora sem véus) da ordem mundial capitalista; nesse marco montou-se nos últimos anos um processo de integração econômica que tende a reverter a rejeição do Plano Marshall e da entrada no Fundo Monetário Internacional e no Banco Mundial da parte de Stalin, no imediato pós-guerra.

A queda das burocracias, por ação direta das massas ou refletindo indiretamente a resistência delas, é, por isso, um acontecimento de características revolucionárias, independentemente de seus desdobramentos imediatos. As mobilizações dos trabalhadores do Leste tendem a revigorar o proletariado ocidental: na Alemanha, as inéditas e espetaculares greves dos metalúrgicos e dos funcionários públicos não somente sinalizam as dificuldades da "unificação capitalista" (ainda não realizada) mas sobretudo apontam para a reunificação do operariado mais poderoso da Europa. A perspectiva objetivamente aberta é a da recolocação, sobre uma base infinitamente mais ampla do que no passado (o capitalismo criou, desde o fim da Segunda Guerra Mundial, um bilhão de empregos assalariados), do internacionalismo proletário, derrubadas as barreiras reacionárias que dividiram artificialmente os trabalhadores do mundo todo.

A crise econômica evidencia as limitações estruturais do capitalismo na sua atual etapa histórica. Como regime historicamente progressista, o capitalismo chegou faz tempo ao limite do seu desenvolvimento com a Primeira Guerra Mundial, a crise de 1930 e a Segunda Guerra. Através dos recursos políticos do Estado, de uma enorme centralização econômica, encontrou no passado os meios para resolver a crise em termos cíclicos. Esses meios extra-econômicos punham a nu um regime que estava sobrevivendo a si próprio. Não eram as forças produtivas do capital as que, se desenvolvendo livremente, superavam os obstáculos, mas a intervenção de uma força externa, do poder político do Estado, das guerras. O capitalismo usou a fun-

do as possibilidades do gasto armamentista, do desenvolvimento parasitário, da formação de capitais fictícios, do desenvolvimento artificial das nações atrasadas com vista a criar mercados para seus capitais e mercadorias. Fez isso de maneira sistemática, esgotando nesse processo os seus recursos.

A crise tem um caráter estrutural. Pode haver altas e baixas na produção, mas não há possibilidades de uma nova expansão histórica das forças produtivas capitalistas. A expansão econômica do período de Reagan foi a primeira na qual, nos países avançados, considerados no seu conjunto, não houve absorção dos desempregados (ao contrário!). A precariedade das soluções transitórias se evidencia na imensa fraqueza dos "planos de estabilização", como o demonstra a recente crise mexicana (e seus reflexos na Argentina e no Brasil): nenhum dos problemas existentes há mais de uma década foram resolvidos: não só o desemprego, a dívida externa está mais alta do que nunca, em que pesem as privatizações e as refinanciações tipo Plano Brady. Há novamente uma situação de interrupção de pagamentos. O capitalismo não pode sobreviver sem produzir crises cada vez mais intensas e profundas.

A "flexibilização", a "qualidade total", a terceirização etc. não visam "substituir um paradigma industrial-tecnológico por outro", configurando um novo desenvolvimento progressivo das forças produtivas. O fato de a informática avançar por meio da "flexibilização" confirma que a extração de mais-valia é o motor da inovação tecnológica no modo de produção capitalista. Os "novos sistemas" visam sim aumentar a superexploração da força de trabalho: isto é contraditório com o progresso tecnológico, pois quanto maior a complexidade daquele, maior deveria ser a proteção trabalhista, em virtude do maior desgaste físico e nervoso provocado. Essa intensificação (em extensão e profundidade) da jornada de trabalho toma evidente que os "novos métodos" são um meio de o capital se adaptar à sua própria crise, mediante a extração de superbenefícios.

Contra esse processo, crescem as mobilizações operárias no mundo todo, notadamente, no último período, nos próprios países imperialistas (pelas 35 ou menos horas, pela estabilidade etc.). A resistência ao descarregamento da crise nas costas dos trabalhadores é o fundamento último das crises recorrentes dos regimes políticos, sobretudo no "Primeiro Mundo": decomposição dos regimes italiano e japonês, derrotas eleitorais de Bush (depois da "vitória" do Golfo!), que sinalizaram o fim da "revolução conservadora", e agora de Clinton, nos próprios EUA, desgaste geral de todos os governos.

Na classe operária está ausente, sim, o partido político (revolucionário) que dê saída progressista à atual crise mediante um novo regime social. O primeiro obstáculo a ser removido nesse sentido é o da esquerda "adesista", que entoa cantos de cisne na hora de entoar cantos de guerra.

JOÃO QUARTIM DE MORAES

A esquerda militar no Brasil, vol. II,
Da coluna à comuna,
São Paulo, Siciliano, 1994, 193 pp.
Nelson Werneck Sodré (Historiador)

Resenhas

O livro de João Quartim de Moraes, que tem como subtítulo "Da coluna à comuna", é prosseguimento da ampla interpretação efetivada pelo autor a respeito do fenômeno político que foi a intervenção militar aqui no processo histórico, ou de forma mais aberta, do papel das Forças Armadas na política brasileira. Como o subtítulo do primeiro volume, lançado em 1991, "da conspiração republicana à guerrilha dos tenentes", indicava o período analisado - entre a República e as insurreições tenentistas -, o subtítulo deste segundo volume, "Da coluna à comuna", analisa o período entre a Coluna Prestes e a famigerada "intentona" de 1935. O assunto deste volume abrange os episódios ligados à Coluna Prestes, o hiato entre a internação dela na Bolívia e a campanha da Aliança Liberal, o movimento de 1930, a luta entre a componente militar e a componente política que sucedeu à tomada de poder, o desenvolvimento do que ficou conhecido como "prestismo", encerrando com os acontecimentos que configuraram a "intentona", em Natal, em Recife e no Rio. Um painel amplo, movimentado, com aspectos por vezes complexos, reconstituindo nos fatos e decomposto por segura análise que dá a medida da capacidade do autor para o trato do assunto. Precede neste volume a seqüência de fatos e análises, um capítulo em que o autor discute conceitos e preconceitos em torno do referido painel.

Para comentar tudo o que mereceu a atenção do autor, sempre mantendo a análise em alto nível, ao mesmo tempo que colocada em linguagem simples, é preciso, em primeiro lugar, fugir à sedução do conceito de esquerda militar, tão crassamente incompreendido por certo cronista, mencionado pelo autor e por ele corrigido. Trata-se, evidentemente, de equívoco de um leigo. O conceito está

perfeitamente definido pelo autor à página 12: "a esquerda brasileira em geral e a esquerda militar em particular" aparece nitidamente "identificando o progresso social à defesa do interesse nacional". A definição é lapidar. Nem só a incompreensão a respeito deste conceito, na verdade, provocará dúvidas sobre o fascinante assunto escolhido pelo autor, colocado de forma interessante sempre, desde o volume inicial. É que um quarto de século que ficou batizado como "ditadura militar" recentemente traumatizou profundamente a visão com que os militares são julgados, de modo geral, gerando um profundo fosso entre eles e a sociedade civil, aqui como espaço da opinião pública nacional.

É interessante frisar que a visão desse período negro de nossa história, visão que estigmatizou os militares, sempre esquece que eles foram movidos e mantidos em regime ditatorial por forças políticas e econômicas muito poderosas, que deles se serviram, mas que os deixaram isolados na responsabilidade da geração e da manutenção da ditadura. É mérito do autor, e não pequeno, recusar-se a aceitar este simplismo elementar e esperto. Tanto mais que vítima, como muitos, inclusive militares, padeceu longo exílio imposto pelo regime. A propósito, é interessante lembrar que tanto o AI-I como o AI-5 foram sugeridos e redigidos por dois professores universitários de Direito, um deles precisamente "civil e paulista", como exigiam, apaixonadamente, há mais de meio século, alguns propugnadores de rebeliões.

No discorrer de sua análise, o autor destaca, e é um traço muito importante porque ajuda a compreender o processo político, a permanente contradição entre os militares e os latifundiários no Brasil, que vem da velha República e esteve tão presente no tenentismo, por exemplo,

contradição que sobreviveu ao movimento de 1930. No Brasil, aliás, é preciso sempre atentar para o movimento pendular entre centralização e descentralização, que reflete, em grande parte, a contradição entre o nacional e o estadual. Nesse movimento, os militares estiveram sempre com o nacional e se constituíram, com o passar das décadas, em baluartes do que havia de essencial na continuidade de dominação do centro político sobre território tão vasto e ameaçado por desigualdades regionais tão clamorosas. Mesmo as "salvações", que pontilharam o hermismo, discutidas pelo autor, que as viu com clareza às páginas 18 e 19, foram sinalizações dessa vocação para o nacional. E ainda a desastrosa incompreensão que levou à tragédia de Canudos e que motivaria a do Contestado, originou-se, no fundo, desse apego ao regime republicano e ao sentido nacional brasileiro, tidos como ameaçados. No fim de contas, é uma análise acadêmica que erige esses episódios de rebeliões camponesas a casos simples de "messianismo". Rui Facó, de um lado, e Edmundo Muniz, de outro, este quanto a Canudos, destacaram como essa análise errônea desfigurou a realidade brasileira e a nossa paisagem social.

Estes comentários não passam de simples resenha de um livro que merece ser amplamente discutido. Pretende apenas despertar a atenção dos estudiosos para uma análise do papel dos militares elaborada sem neutralidade mas com a objetiva fidelidade que todo historiador deve ter como princípio supremo e que o distancia de conceitos e preconceitos muitas vezes ligados à aventura pessoal e a vicissitudes biográficas. O próprio autor menciona, ao longo de sua análise, como pessoas premiadas com o galardão acadêmico podem ser susceptíveis desses desvios, quando não de uma incompreensão endurecida e teimosa em relação a fenômenos que, na verdade, desconhecem, seja por simples preconceito, seja mesmo pela cegueira que acomete aqueles que desconhecem a história no que ela tem de essencial. Casos concretos apontados pelo autor, o da obstinada incompreensão de professor universitário paulista a respei-

to do movimento de 1930, ou o de outro professor, este mineiro, que endossa a tese do exército como "poder moderador". Trata-se de José Murilo de Carvalho, em trabalho inserido no volume sobre a República de obra coletiva e heterogênea organizada por outro professor do mesmo nível e que é um modelo de incompreensão do problema militar. Para não falar em Stanley Hilton e o brasileiro Paulo Sérgio Pinheiro, responsáveis por tolices gêmeas a propósito de assunto que desconhecem. O *brazilianist*, aliás, embarcando na falsidade já desmoralizada de que a "intentona" foi executada por ordem de Moscou.

A historiografia brasileira é vítima, na verdade, não apenas de um ensino de História inteiramente superado como de estrelismo de alguns autores que não merecem a menor atenção. João Quartim de Moraes, a tal propósito, perde tempo em elucidar tolices desse tipo de autores. Não se discute com quem não sabe e essa benevolência chega ao cúmulo de considerar até um pretense especialista em temas militares como Stepan, funcionário da Rand Corporation que dispensa qualquer qualificativo.

O Exército, que é a força armada fundamental, no caso brasileiro, tem sido vítima de alguns estudos, particularmente nos últimos tempos, que desconhecem a sua formação e características. É nesse sentido que a obra de João Quartim de Moraes ganha relevância pelas qualidades do autor e pelo seu distanciamento de conceitos e preconceitos que ganharam foros de verdade pela simples e rotineira repetição. O autor, por isso mesmo, tem a capacidade, para só mencionar alguns detalhes, de negar-se a aceitar colocações às vezes avalizadas por pretensos mestres, que deformam profundamente a verdade histórica. Esta, modernamente apreciada, fornece elementos que, bem avaliados, ajudariam muito a compreensão dos estudiosos. Os militares, ao longo do tempo, mantiveram a monarquia e a derrubaram, mantiveram o escravismo e determinaram a sua extinção, mantiveram a República e subverteram-na, depuseram governos e mantiveram governos, nas crises políticas colocaram-se, nos últimos tempos em particular, ao

lado da opressão e ao lado de reivindicações libertárias ou pelo menos democráticas. Que quer isto dizer no fim das contas? Quer dizer uma coisa muito simples: as instituições militares, com o Exército em destaque, estão profundamente inseridas na sociedade brasileira e por isso acompanham o desenvolvimento de suas contradições. Eles não são especificamente, determinadamente democratas ou opressores; acompanham as circunstân-

cias históricas, tão simplesmente. É tal verdade elementar que está esquecida, sistematicamente, pelos que se vêm ocupando do seu estudo. Ainda bem que aparece, agora, João Quartim de Moraes para colocar com clareza o que os militares representaram e representam no Brasil. O segundo volume desse ensaio excelente é fonte básica para a compreensão do assunto. Chegou em boa hora.

MARCELO RIDENTI

O fantasma da revolução brasileira, São Paulo, Unesp/Fapesp, 1993, 285 pp.

João Roberto Martins Filho (Professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos)

O livro de Marcelo Ridenti é o primeiro balanço estritamente sociológico da trágica e heróica experiência da luta armada contra a ditadura. Alinha-se aos poucos trabalhos que, de uma perspectiva de esquerda, expressaram a preocupação de jovens pesquisadores dos anos 80 com eventos que eles apenas vislumbraram com o canto dos olhos na adolescência. Sua feitura deu-se, assim, na intersecção entre a curiosidade de uma geração que não participou dos fatos e a persistência ainda viva da memória dos participantes, acessíveis ao pesquisador que mantém com eles relações visivelmente respeitadas e compassivas.

Nesse sentido, o livro de Ridenti é filho de prole reduzida. Elaborado e redigido enquanto muitos dos fantasmas ainda viviam, talvez encerre um ciclo. Nesses limites conjunturais da prática teórica, encontram-se, a meu ver, suas qualidades e seus limites.

Deixando de lado as coletâneas de depoimentos, os textos de ficção e as reportagens biográficas, os principais balanços da trajetória da esquerda armada brasileira dos anos 68-73 eram até aqui da lavra dos próprios militantes. A obra pioneira foi publicada no exílio, em 1971: *Dictatorship and*

armed struggle in Brazil, de João Quartim. Bastante tempo depois, surgiram *Combate nas trevas* (1987), de Jacob Gorender, e a tese de Daniel Aarão Reis, *A revolução faltou ao encontro* (1990). Aí conviviam o conhecimento íntimo da esquerda da época - típico de líderes destacados de organizações como a VPR, o PCB e o MR8 - com o acerto de contas de ex-militantes com sua experiência passada (ainda sob o rumor dos tiros, no caso de Quartim).

Esse traço permitiu que, ao ganhar suas primeiras resenhas na grande imprensa, *O fantasma da revolução brasileira* tenha granjeado amplos elogios por ser filho da geração desarmada. Resistindo ao canto da sereia, tomarei como problema o que esses textos tomaram como ponto pacífico. Antes, porém, a bem da verdade, convém ressaltar que o próprio autor procurou visivelmente construir uma ponte entre sua geração e a dos militantes que analisa. Feita a ressalva, qual a originalidade e a contribuição efetivas do livro de Ridenti?

Quanto a suas fontes, *O fantasma da revolução brasileira* nutriu-se basicamente de três mananciais: a literatura existente (das análises gerais ao acervo de depoimentos escritos), lon-

gas entrevistas com os sobreviventes e dados extraídos dos processos judiciais que constam do arquivo do projeto "Brasil nunca mais". Quanto ao enfoque, o subtítulo da tese que deu origem ao livro "raízes sociais das esquerdas armadas" - expõe sua preocupação de explicar *sociologicamente* as opções políticas - estratégicas e táticas - de alguns milhares de militantes por meio da referência aos processos gerais da sociedade brasileira.

Na rica e detalhada reflexão extraída dos depoimentos que leu ou colheu, Ridenti faz uma leitura da experiência armada necessariamente diferente, por exemplo, da de autores como Gorender. Aqui, ele se afasta da "sociologia" e procura auscultar e escutar aspectos da experiência armada que elevam seu texto, em certos momentos, a um nível quase literário. Entre esses pólos, a meu ver, caminha o livro.

Começamos pelo primeiro. A preocupação de fazer uma obra de investigação sociológica perpassa todo o trabalho de Ridenti: na pormenorizada análise estatística dos dados do "Brasil nunca mais", na tentativa de vincular a opção pela luta armada ao contexto social e político ou ao "clima da época" e, por fim, na própria busca de legitimação por meio da citação recorrente de autores, conceitos e obras da Sociologia clássica.

No que tange às estatísticas, em oito quadros, o livro analisa cifras sobre ocupação, grau de instrução, faixa etária, sexo, naturalidade e local de residência dos militantes, tal como constam nos processos judiciais que sofreram. Num trabalho extenuante, Ridenti nos traz números a comprovar a predominância de militantes de classe média intelectualizada (57,78%) e a grande presença de combatentes estudantis (30,7% dos processados na luta armada). Mostra também como é grande o nível de escolaridade dos militantes (p. 122) e sua concentração

na faixa etária de 25 a 35 anos (85,9% dos casos!). Todos esses dados são novos e fundamentais, e a riqueza estatística do trabalho certamente não se esgota neles.

Contudo, na arquitetura do trabalho, muitas vezes não fica clara ao leitor a vinculação entre as conclusões fundadas nas estatísticas e o raciocínio geral do livro, a saber, a determinação da opção armada pelo clima político (dissidências na esquerda) e pelo clima cultural da época (hegemonia das manifestações culturais contestadoras e simpáticas à violência dos oprimidos). Além disso, para dar apenas um exemplo, parece pouco convincente explicar em números o peso decisivo que tiveram os poucos ex-militares nas práticas, na visão de mundo e mesmo na dinâmica geral da luta armada brasileira do início dos anos 70.

Feitas as contas, a maior contribuição de *O fantasma da revolução brasileira* parece estar, afinal, na sensível incursão de Ridenti por aspectos até aqui desconsiderados da experiência daquela geração de militantes. O livro efetivamente deixa falar os sobreviventes, ouve sua voz com atenção e procura encontrar os laços existentes entre os depoimentos e perscrutar aspectos sutis (o lugar da mulher nas organizações, a questão do medo e as visões da morte, o impacto das primeiras percepções da derrota, a generosidade da disposição revolucionária, a dignidade com que os militantes avaliam o passado e, enfim, as motivações íntimas do mergulho na ousadia armada).

Ressalvados seus limites e destacadas suas qualidades, o livro de Marcelo Ridenti planta-se com firmeza entre as poucas obras de todos os gêneros que oferecem ao futuro as visões indispensáveis para a compreensão do fenômeno instigante de um capítulo da luta socialista que já comemora um quarto de século.

CIRO FLAMARION CARDOSO

Sete olhares sobre a Antigüidade (Coleção Tempos),
Brasília, UnB, 1994, 224 pp.

Pedro Paulo A. Funari (Professor do Departamento
de História do Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas da Universidade Estadual de Campinas)

Ciro Flamarion Cardoso pode ser considerado, com justiça, o historiador brasileiro mais conhecido em nível internacional. Seus livros de metodologia da História são utilizados, há já muitos anos, nos países da América Latina e na Espanha como manuais básicos, e gerações de estudantes passaram a conhecer o ofício do historiador graças aos livros de Ciro F. Cardoso. Autor de inúmeros livros sobre variados temas, conseguiu a proeza de chegar à décima reedição de *diversos* volumes, alguns deles sobre a Antigüidade. Seu posicionamento marxista toma sua trajetória intelectual ainda mais notável e digna de reflexão.

Sete olhares sobre a Antigüidade reúne ensaios de caráter variado sobre a Antigüidade Oriental e Clássica, alguns quase didáticos, outros monográficos ou metodológicos. O marxismo transparece, nos artigos, em primeiro lugar como oposição àquelas tendências contemporâneas chamadas de "estruturalistas e pós-estruturalistas, adquirindo estas últimas no período mais recente fortes tendências irracionaisistas e intelectualmente "neanarquistas" (p. 180). Não é difícil identificar a crítica, direta ou indireta, a Foucault (p. 170) e a diversos outros autores, como Moses Finley, "fortemente idealistas" (p. 182).

O materialismo, em especial a ênfase no estudo das transformações das forças produtivas e suas conseqüências nas relações sociais de produção, encontra-se no cerne da interpretação marxista do autor. O primado do estudo das forças produtivas apresenta-se em oposição às interpretações idealistas que privilegiam os fatores mentais, ideológicos e até mesmo psicológicos, na interpretação do passado. De maneira coerente, a existência de "classes sociais em si" nas sociedades pré-capitalistas, isto é, economicamente determinadas, a-

póia-se na concepção marxiana do funcionamento geral das sociedades clivadas por diferenças sociais antagônicas. A aceitação das categorias classificatórias sociais das sociedades antigas, admitindo acriticamente as opiniões dos antigos sobre si mesmos e suas sociedades, acaba por fazer prevalecer uma visão distorcida da realidade antiga. Essa distorção é tanto maior quanto os documentos antigos reproduzem, via de regra, as concepções sociais dos círculos dominantes.

A composição geral do livro mescla três grandes sínteses (140 páginas) sobre o Egito e Médio Oriente e sobre as fases iniciais da Idade do Ferro na Grécia e Itália, dois artigos e um par de ensaios. Estes últimos, sobre as classes sociais na Índia antiga e sobre os mistérios no paganismo clássico, embora teoricamente bem fundamentados, abordam realidades por demais complexas para textos tão curtos. As três sùmulas são úteis introduções, com bibliografia atualizada e discutida, a grandes setores da História Antiga e serão particularmente aproveitadas pelos estudantes e interessados.

Os dois pontos altos, tanto para os estudiosos da Antigüidade como para todos aqueles que se interessam pela teoria marxista, concentram-se nos dois artigos específicos. O capítulo 5, que trata dos conceitos e debates sobre a economia e sociedade antigas, parte dos clássicos do marxismo para demonstrar que uma definição radicalmente histórica da economia política engloba tanto as trocas capitalistas como as trocas de presentes, os intercâmbios e redistribuições de bens e serviços das sociedades pré-capitalistas. Essa análise econômica funda-se, paralelamente, no caráter de classe das sociedades antigas. A existência de estamentos não elimina a caracterização de classe de grupos sociais, em especial de escravos. O estudo

da economia e sociedade antigas não pode, portanto, restringir-se aos parâmetros estabelecidos pelos antigos, mas deve abranger os instrumentos analíticos derivados do marxismo.

O capítulo 3, sobre a ideologia e a literatura no Egito antigo, analisando o conto de Sanehet, constitui outro destaque metodológico. O autor propõe a junção da sociologia genética da literatura de Lucien Goldmann, tributária direta de G. Lukács e do marxismo, ao estruturalismo lingüístico de T. Todorov, permitindo um estudo estilístico, sintático e temático do documento. A ideologia do grupo dominante egípcio no conto de Sanehet encontra-se esmiuçada graças ao estudo semiótico do texto e as duas metodologias, aparentemente contraditórias, tornam-se articuladas e complementares. O estudo detalhado do conto é muito convincente e de leitura agradável e prazerosa.

Cabe fazer duas observações genéricas sobre o livro. Em primeiro lugar, a importância atribuída pelo autor ao estudo empírico dos documentos, notável no conto de Sanehet, encontra-se diminuída pela pouca atenção prestada ao estudo dos textos originais,

em alguns momentos, como quando se utiliza de uma tradução popular inglesa de Tito Lívio (p. 211, nota 9). Em segundo lugar, a ênfase do autor nos "avanços" historiográficos pode ser uma faca de dois gumes. Assim, diversas vezes o autor afirma que "no passado" interpretava-se de tal maneira, "hoje" esta bibliografia já está "superada" (e.g. pp. 74, 75, 201). Ora, as novidades e os modismos, diversas vezes criticados por Ciro Cardoso, são recentes, enquanto Marx e Engels, referências básicas do autor, são do século passado! Não parece, portanto, totalmente consistente a ênfase nas "últimas pesquisas" já que estas, como reconhece o autor, dividem-se, inevitavelmente, em diferentes abordagens, boa parte delas confrontadas, de forma explícita, por Ciro Cardoso.

Estas observações não obscurecem, entretanto, a relevância da obra e sua contribuição ao debate no interior da historiografia marxista. Sua leitura crítica e o debate em torno a seus postulados apenas poderá resultar em benefício para os estudiosos da teoria marxista e da Antigüidade.

JORGE NÓVOA (org.)

A história à deriva: Um balanço de fim de século,
Salvador, Universidade Federal da Bahia, 1993, 311
pp. *Cláudio Batalha* (Professor do Departamento de
História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
da Universidade Estadual de Campinas)

Por trás deste título, pouco esclarecedor, está uma coletânea de textos que propõe um balanço deste fim de século a partir do colapso dos regimes socialistas do Leste europeu, das transformações do capitalismo e das perspectivas da esquerda socialista. Os vários artigos que compõem a coletânea são escritos por estudiosos, intelectuais e/ou militantes brasileiros e estrangeiros, situados em sua grande maioria no campo da esquerda. É pelo menos parte dos artigos tem origem no I Seminário Baiano sobre a Crise do Leste Europeu, realizado em dezembro de 1990 – ainda no calor dos aconteci-

mentos - na Universidade Federal da Bahia. Entre os méritos deste livro, destaca-se o esforço de uma reflexão crítica sobre as transformações operadas nestes últimos anos, mérito que cabe aos organizadores daquele seminário e, particularmente, ao organizador deste livro, Jorge Nóvoa.

Divididos em quatro partes, por temas, esses artigos são bastante desiguais, o que de certo modo é inevitável nesse tipo de coletânea. A primeira dessas partes, "A Significação do Presente", reúne os artigos que tratam do que poderíamos chamar de o "movimento da história". Frédéric

Mauro, por exemplo, busca uma explicação para as mudanças ocorridas nesse final de século e um método de previsão recorrendo à teoria dos ciclos de Kondratieff, que talvez tenha ainda algum valor para explicar as conjunturas econômicas, mas dificilmente pode ajudar a entender as dimensões políticas e ideológicas. Ao contrário de Mauro, que busca as "leis da história", o sociólogo marxista francês Pierre Fougeyrollas discute o tempo histórico das revoluções e a existência de diversas temporalidades (identidades) sociais que ora se entrecruzam, ora se superpõem, e aponta para o caráter reversível de todos os fenômenos sociais, fugindo da crença na irreversibilidade e na teleologia que muitas vezes domina, não só os defensores do neoliberalismo, como parcelas da esquerda socialista. Jorge Nóvoa fecha a primeira parte do livro com um artigo que busca dar uma visão de conjunto das questões que permeiam as diversas contribuições dessa coletânea: o mascaramento da verdadeira face da modernidade capitalista, a crítica à idéia de Fukuyama da universalização irreversível da democracia liberal, a chamada nova ordem internacional, o caráter parasitário do capitalismo e a particularidade do momento histórico em que vivemos.

A poeira da queda do muro de Berlim ainda não baixou e talvez demore ainda alguns anos para que isso ocorra e possamos ter uma visão clara não só do processo que levou a essa queda, mas também da herança que deixou. Nesse sentido, os artigos que compõem a segunda parte do livro, "Gênese e crise das burocracias do Leste europeu", oferecem pistas mais ou menos proveitosas para o entendimento desse fenômeno (os *apparatchiks*, o stalinismo russo, a economia soviética, a *perestroika*, a questão nacional etc.). Entretanto, estão mais voltados para a ex-União Soviética do que para o conjunto dos países do ex-campo socialista no Leste europeu e falta-lhes sobretudo uma visão menos particular e mais global do processo de crise nesses países. Além disso, o que de resto é inevitável, alguns artigos são datados e os acontecimentos posteriores se encar-

regaram de desmentir as previsões que então foram feitas.

Negar às experiências que fracassaram no Leste europeu e nas repúblicas da ex-União Soviética qualquer caráter socialista é uma solução cômoda e que não ajuda a entender as razões desse fracasso, como bem sugere Jacob Gorender, no início do seu artigo que trata na verdade do liberalismo e do capitalismo e abre a terceira parte do livro, "Capitalismo, neoliberalismo e crise mundial". Gorender que vê nessa atitude os vícios da simplificação e do reducionismo, levanta um problema presente em vários dos artigos que compõem a coletânea. Markus Sokol, por exemplo, inclui no seu artigo a frase lapidar: "A sociedade emergida na URSS e depois estendida para o Leste europeu e alguns outros países não é mais que um acidente de percurso". Parece-me, entretanto, que tratar o socialismo como alguma utopia quimérica (que só seria realizável em escala mundial) e desconsiderar todas as experiências históricas que buscaram implantá-lo, não só parece pouco coerente em um livro que pretende ter na história uma referência central (a começar pelo título), mas também significa adotar uma postura política e teórica de avestruz. Pois ao dizerem "nada daquilo tudo era o socialismo", não hesitam em ir além afirmando que nada daquilo teve a menor importância, foi um "mero acidente de percurso". Na prática essa postura permite abrir mão de qualquer necessidade de análise séria sobre a história contemporânea - com óbvias implicações políticas - ou, ainda, abre espaço para leituras religiosas dos textos clássicos, como faz Osvaldo Coggiola ao pretender que Trotski tudo previra.

A última parte do livro, "A crise do movimento socialista: o marxismo e a esquerda em questão", é particularmente decepcionante. Seria de se esperar que nessa parte fosse suscitada a discussão sobre o papel da esquerda socialista no mundo atual ou, pelo menos, no Brasil. Em vez disso, temos artigos que em sua maioria preferem louvar as virtudes do trotskismo. Os autores parecem crer que o caminho a ser seguido é a recuperação de alguma forma de bolchevismo de

1917. Contrariamente ao que sugere o título dessa parte, para essa maioria a única crise é a dos regimes burocráticos que ruíram e daqueles que ainda acreditavam nesses regimes, não há uma crise geral da esquerda ou um recuo do marxismo.

Nessa mesma parte, aparece tratada de forma superficial a questão partidária, como aliás já advertira Pierre Broué no "prefácio" da coletânea, apesar de esta ser uma questão fundamental para a esquerda. Antonio Câmara em seu artigo reconhece que o Partido dos Trabalhadores (PT) nunca se definiu como partido revolucionário, mas parece cobrar deste partido um caráter revolucionário. Em mais de um artigo, a política de alianças do PT, a exclusão da Causa Operária e da Convergência Socialista, a participação no jogo político-parlamentar e a aceitação das

regras desse jogo tomam-se motivo de acusação ao PT e são vistos como sintomas de sua deriva à direita. Diante da crítica de que o PT teria ficado a reboque da burguesia no processo de *impeachment* de Collor e teria garantido a posse de seu vice, Itamar Franco, o leitor perplexo provavelmente se perguntará: Qual seria a alternativa? A tomada de assalto do Palácio do Planalto? O fato de que o PT não só não se proclama um partido revolucionário, mas tampouco se estrutura como partido revolucionário, não parece ser relevante para alguns dos articulistas.

Talvez isso tudo seja mais revelador do que se possa supor à primeira vista: revela a incapacidade de uma parcela considerável da esquerda marxista de fornecer respostas para as questões da atualidade.

Notas

EM MEMÓRIA DE ISAAC AKCELHUD

Juarez Guimarães

Isaac Akcelrud, falecido em setembro de 1994, foi emblematicamente uma personalidade à contracorrente dos tempos: seus oitenta anos foram vividos em torno do marxismo - suas tradições, suas teorias, seus símbolos - em um país onde a história do socialismo foi marcada pela descontinuidade e pela dispersão.

Isaac filiou-se ao PCB em 1936 na juventude comunista gaúcha. Sua militância durante os vinte anos seguintes concentrou-se na imprensa popular do PCB, tendo sido editor de vários de seus jornais, inclusive diários no Rio de Janeiro e em São Paulo. Foi um dos líderes da dissidência do PCB após a divulgação do Relatório Krushev em 1956. Falhada a tentativa de construir uma alternativa à esquerda do PCB, Isaac passaria as próximas décadas envolvido em um esforço de desestalinização do seu marxismo, de reencontro com as fontes originais da tradição leninista e com o marxismo de Trotski, de renovação de perspectivas. Reencontrou um fio de continuidade de uma militância revolucionária no interior do PT e no coletivo da tendência Democracia Socialista. Engajou-se como jornalista e organizador no movimento dos Sem-Terra.

A morte surpreendeu-o ativo, cri-

tico, lutando pelo futuro. Isaac jamais foi um cético e encontrá-lo era sempre uma fonte de animação e de renovada comunhão com o mundo.

O marxismo para ele era mais do que a possibilidade de um conhecimento crítico da realidade que lhe foi dada viver. Era um modo de ser: entranhado em sua vida, mesclado à sua origem judaica, enraizado na história do amor pela companheira que centralizou a sua vida sentimental por mais de cinquenta anos. Dos ferroviários de Santa Maria no Rio Grande do Sul aos operários metalúrgicos de Volta Redonda, dos negros aos sem-terra, dos judeus perseguidos aos palestinos, o marxismo de Isaac era isso: o oprimido na trama e na promessa de sua emancipação.

Isaac nos legou alguns milhares de artigos escritos ao longo de dezenas de anos dedicados ao jornalismo de esquerda, além de um livro sobre o Oriente Médio e outro sobre a reforma agrária no Brasil. Uma parte da história dos oprimidos deste país ficou fixada no estilo indignado e exato de Isaac. É um dever dos que conviveram com ele, que o respeitaram e o amaram, recolher e editar os momentos mais expressivos da herança de seus escritos.

EM MEMÓRIA DE SÍLVIO FRANK ALEM

Edmundo F ernandes Dias

Em 6 de dezembro de 1993, faleceu Sílvio Frank Alem, duas vezes secretário-geral da ANDES-SN. Militante comunista, atuou contra a di-

tadura e lutou pela democratização do país. Foi um dos criadores da Associação dos Docentes da Universidade Federal da Paraíba- João

Pessoa, da qual foi o primeiro presidente. Contribuiu de forma fundamental para a criação da ANDES e sua posterior transformação em Sindicato Nacional. Escreveu "Os trabalhadores e a 'redemocratização'-Estudo sobre o Estado, os partidos e a participação dos trabalhadores urbanos na conjuntura da guerra e do pós-guerra imediato (1942-1948)", dissertação de mestrado em História (Unicamp, 1981) e "Contribuição à história da esquerda brasileira (Partido Socialista Brasileiro, 1945-1964)", tese de doutorado na USP, 1988. Além de uma quantidade enorme de artigos.

Sílvio viveu passo a passo as lutas do sindicalismo brasileiro, em especial a dos docentes universitários, e esteve sempre presente em toda a história da ANDES. Pensou a ANDES-SN como entidade de todos os docentes, engajada na reflexão sobre a educação e a universidade brasileiras, inserida nas lutas sociais no Brasil, no continente e no mundo.

Encarregado das Relações Internacionais da ANDES-SN, Sílvio sintetizava a percepção globalizante do

mundo, histórica e dialética, em que a realização dos trabalhadores se dá por meio da sua luta persistente e da sua organização no campo democrático-popular, na construção de uma sociedade de todos e para todos. Construtor das nossas relações internacionais com entidades como a CEA, a CMOPE, a FISE e outras dos diversos países. Internacionalista militante, Sílvio sempre nos lembrava a questão da solidariedade classista e de que os trabalhadores não podem ter fronteiras. Diante dos reiterados ataques à perspectiva classista na ação dos trabalhadores e da afirmação de que a história terminara, que a luta não caminharia mais, ele sempre lembrava a todos o mote de Galileu: *Eppur se muove!*. Trabalhou ativamente no *Informandes*, nos *Cadernos ANDES* e na revista *Universidade e Sociedade*.

Historiador engajado nas lutas do nosso tempo, Sílvio tinha muita facilidade de expor e concatenar idéias que expressava em teses políticas lúcidas e enriquecedoras para a reflexão política do movimento social organizado.

EM DEFESA DA VIDA DE ABIMAEI GUZMÁN

O Comitê Editorial de *Crítica Marxista*, considerando o grave risco de vida que pesa sobre o dirigente político Abimael Guzmán, prisioneiro político da sanguinária e belicista ditadura peru-

ana, vem juntar-se à campanha internacional em defesa de sua integridade física. São Paulo, março de 1995.